



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *SENSU* EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

**AS POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS GOVERNOS LULA E
DILMA: UMA ANÁLISE DO PROUNI E FIES**

FERNANDO OLIVEIRA RODRIGUES

CASCADEL – PR

2016



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

**AS POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS GOVERNOS LULA E
DILMA: UMA ANÁLISE DO PROUNI E FIES**

FERNANDO OLIVEIRA RODRIGUES

Dissertação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE – Campus de Cascavel, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora:

Profa. Dra. Isaura Souza Zanardini Monica

CASCADEL-PR

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

R613p

Rodrigues, Fernando Oliveira

As políticas para a educação superior nos governos Lula e Dilma: uma análise do PROUNI e FIES. / Fernando Oliveira Rodrigues.— Cascavel, 2016. 98 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Isaura Monica Souza Zanardini
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, 2016
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação

1. Programas de acesso. 2. Educação superior. 3. Política educacional. 4. Governos Lula e Dilma. I. Zanardini, Isaura Monica Souza. II. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. III. Título.

CDD 20.ed. 379.2
CIP – NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Helena Soterio Bejio – CRB 9^a/965



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65
Rua Universitária, 2069 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110
Fone:(45) 3220-3000 - Fax:(45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

FERNANDO OLIVEIRA RODRIGUES

As políticas para educação superior nos governos Lula e Dilma: uma análise do PROUNI e FIES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, área de concentração Sociedade, estado e educação, linha de pesquisa Educação, políticas sociais e estado, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

Orientador(a) - Isaura Monica Souza Zanardini

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Mario Luis Neves de Azevedo

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Carmen Celia Barradas Correia Bastos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Cascavel, 4 de julho de 2016

“Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros”.

“Che” Guevara

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação para todos os professores e em especial aos professores da Rede Pública Municipal de Educação de Cascavel/PR que diante das dificuldades diárias e da falta de materialidade sempre estão em busca do conhecimento científico e da construção de uma educação cada vez melhor, *sonhando* e plantando *sonhos*...

A todos aqueles/aquelas que desejam alçar o caminho acadêmico e que muitas vezes barrados pela opressão do Capitalismo tem seus sonhos sufocados.

A todos aqueles pais que sonham em ver seus filhos nas Universidades públicas, gratuitas e de qualidade, aos filhos dos frentistas, tapeceiros, açougueiros, auxiliares de produção, cabeleireiros, caminhoneiros, zeladores etc; que muitas vezes não conseguem dar continuidade aos seus estudos, pois têm que ajudar em casa provendo alimentação e auxiliando nas demais atribuições de um lar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a todos os meus professores, que passaram pela minha vida e me ensinaram a percorrer a trajetória da vida. A estes que me inspiraram a ser professor, que me mostraram, com seus exemplos, que, para ensinar, é necessário antes de tudo ser um bom aluno, com vontade e determinação para seguir adiante.

O meu muito obrigado à minha orientadora, Profa. Dra. Isaura Monica Souza Zanardini, exemplo de dedicação e comprometimento, que me encaminhou na pesquisa científica, participando dessa etapa inesquecível em minha vida, por sua incansável determinação de ensinar-me, acompanhando-me nesse longo processo de busca pelo conhecimento.

Muito obrigado também aos professores Dr. Luiz Fernando Reis, Dra. Carmen Celia Barradas Correia Bastos e Dr. Mario Luiz Neves de Azevedo (UEM) que contribuíram grandemente para com a minha pesquisa e para o bom andamento do trabalho.

À minha família e esposa, que compreenderam este momento ímpar em minha vida e que tiveram paciência para comigo nos dias mais difíceis. Enfim, que me ajudaram a manter as forças necessárias para o prosseguimento do trabalho.

Aos meus amigos, camaradas/companheiros de militância, de estudo, de trabalho, de luta e de vida.

E, finalmente, meu agradecimento ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social (GEPPE) e ao Prof. Dr. João Batista Zanardini que oportunizaram momentos de conhecimento nos grupos de estudos para que eu aumentasse a minha compreensão e episteme.

RESUMO

RODRIGUES, Fernando Oliveira. **As políticas para a Educação Superior nos governos Lula e Dilma:** uma análise do Prouni e Fies. 2016. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Sociedade, Estado e Educação, Linha de Pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2016.

Este trabalho teve como objetivo analisar o processo de ampliação do acesso à Educação Superior no Brasil por meio do Prouni e Fies. A presente dissertação baseia-se na análise acerca da produção bibliográfica de autores que tratam sobre o acesso ao nível de Educação Superior durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff no período correspondente de 2003 a 2014. Para tanto este trabalho divide-se em dois capítulos que apresentam aspectos históricos e orientações políticas sobre a Educação Superior contemplando desde a reforma do Estado no governo de Fernando Henrique Cardoso até o governo de Dilma, sendo no segundo capítulo abordada a compreensão de pesquisadores no campo das políticas para a Educação Superior bem como o movimento de privatização/mercantilização deste nível de ensino. Contudo, considera-se que o sistema nacional de Educação Superior ainda não contempla às amplas camadas populacionais no Brasil, mesmo com as políticas e programas gestados nos últimos governos acima referidos, pois é necessária ainda a expansão do acesso à Educação Superior no pólo público. Por outro lado, a expansão do acesso deve ocorrer sem delegações diretas ou indiretas dessa responsabilidade à iniciativa privada, bem como, sem a alocação de verbas públicas, mesmo que indiretas, para os estabelecimentos de educação superior privados, como é o caso da renúncia fiscal promovida pelo programa brasileiro Programa Universidade para Todos (Prouni), ao comprar vagas de escolas particulares como forma de ampliação do acesso. Os princípios neoliberais nas políticas públicas brasileiras são impostos por organismos internacionais e diferentes governos que aderiram a tais princípios pela economia globalizada, com um projeto global de organização da sociedade em uma política articulada onde, apesar do Estado desempenhar um papel fundamental na formulação e efetivação das políticas sociais não significa que estas envolvam exclusivamente o âmbito público. A partir das leituras e análises dos autores citados nesta dissertação, identificou-se no contexto das reformas educacionais implementadas nas décadas de 1980 e 1990, que as políticas para a educação superior resultaram na exclusão escolar do nível superior da classe trabalhadora e deteriorização do sistema público de ensino, distanciando cada vez mais a possibilidade de acesso ao ensino superior, embora seja propalado um discurso de democratização deste nível de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Programas de acesso. Educação Superior. Política Educacional. Governos Lula e Dilma.

ABSTRACT

RODRIGUES, Fernando Oliveira. **The policies for higher education in Lula and Dilma governments:** an analysis of Prouni and Fies. 2016. 98 f. Dissertation (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Sociedade, Estado e Educação, Linha de Pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2016.

This study aimed to analyze the process of expanding access to Higher Education in Brazil through Prouni and Fies. This dissertation is based on the analysis concerning the bibliographic production of authors who deal about the access to the Higher Education level during the government of Luiz Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff in the corresponding period from 2003 to 2014. In order to do that, this work is divided in two chapters that present historical aspects and political guidance about the Higher Education contemplating from the State reform since Fernando Henrique Cardoso to Dilma government, in the second chapter it is being addressed the understanding of researchers in the policy field for Higher Education as well as the movement of privatization/mercantilization of this education level. However, it is considered that the national Higher Education system still does not address the broad part of the population in Brazil, even with the policies and programs gestated in the last governments above mentioned, so it is still necessary the expansion of the access to the Higher Education in the public pole. On the other hand, the expansion of the access must occur without direct or indirect delegations of this responsibility to the private sector, as well, without the allocation of public funds, even if indirect, for the private higher education institutions, such as the tax waiver promoted by the Brazilian program University for All Program (Prouni) when buying private schools vacancies as a way of access increasing. The neoliberal principles in Brazilian public policies are imposed by international organizations and various governments that adhered to these principles for the global economy, with a project global of organization of the society in a coordinated policy where, despite the state plays a fundamental role in the formulation and execution of the social policies it does not mean that these involve only the public sphere. From the readings and analyzes of the authors mentioned in this dissertation, it was identified in the context of the educational reforms implemented in the 1980s and 1990s, that the policies for higher education resulted in the school exclusion of the higher degree of the working class and deterioration of the public system education, distancing more and more the possibility of access to higher education, although it is very heralded a discourse of democratization of this level of education.

KEYWORDS: Access Program; Higher Education; Educational Policy; Lula and Dilma governments.

LISTA DE SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

BM – Banco Mundial.

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.

CEFETS – Centros Federais de Educação Tecnológica.

FHC – Fernando Henrique Cardoso.

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil.

IES – Instituições de Ensino Superior.

IESALC – Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e o Caribe.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

MF – Ministério da Fazenda.

OI – Organismos Internacionais.

PAI – Plano de Ação Imediata.

PNE – Plano Nacional de Educação.

PPP – Parceria Público Privada.

PROUNI – Programa Universidade Para Todos.

REUNI – Programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 ESTADO, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E A IDEOLOGIA NEOLIBERAL NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E ORIENTAÇÕES POLÍTICAS SOBRE O ENSINO SUPERIOR	18
1.1 Estado, Organismos Internacionais e a ideologia neoliberal a partir da década de 1990	18
1.2 A reforma do Estado no governo FHC: implicações para a Educação Superior	26
2 A COMPREENSÃO DE PESQUISADORES NO CAMPO DAS POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS GOVERNOS LULA E DILMA	39
2.1 As políticas internacionais de ajuste estrutural: implicações para a Educação Superior (papel que é destinado a educação superior e intervenção dos Organismos Internacionais)	54
2.2 A ênfase da mercantilização na Educação Superior (privatização/mercantilização)	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS	92

INTRODUÇÃO

Nos governos brasileiros de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff no período que compreende os anos de 2003 a 2014, no campo educacional ocorreram alterações na forma de gestão e implementação das políticas educacionais que seguiram respaldadas em um discurso de ampliação do acesso à Educação Superior¹. Diante desse aspecto esta pesquisa busca fazer um levantamento bibliográfico acerca do que os pesquisadores tem abordado sobre a temática na tentativa de compreender e analisar os desdobramentos da política educacional brasileira para o nível de educação superior. Para tanto, tivemos em vista entender como os pesquisadores que analisamos tem refletido a respeito Da seguinte questão: *Como tem ocorrido o processo de expansão deste nível de ensino por meio dos Programas Prouni e Fies?*

¹ A organização da Educação Superior se constitui no mais elevado nível da educação brasileira. De acordo com as finalidades da educação superior, postas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), cabe a esse grau de ensino, conforme o art. 43 fomentar a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo. Desde 1988, a Educação Superior está passando por um intenso processo de reestruturação, que se adensou a partir de 1995. A primeira providência foi a aprovação da Lei n.º 9.131, de dezembro de 1995, que reformulou o Conselho Nacional de Educação e redefiniu as bases da criação de novas instituições superiores, tendo em vista a expansão para fazer frente à crescente demanda por ensino superior. Sobre as formas de oferta e instituições que oferecem ensino superior esse trabalho se baseará na legislação educacional que determina que a educação superior deve abranger os seguintes cursos e programas: I. cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino; II. de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo; III. de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino; IV. de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino. A Educação Superior é ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, podendo abranger no todo ou em parte os cursos e programas descritos anteriormente. As profundas transformações por que passa o ensino superior brasileiro tiveram na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), aprovada em dezembro de 1996, sua peça fundamental; a partir dela, promoveu-se a diversificação do sistema. Além das Universidades e dos Institutos Isolados já existentes, foram criadas as novas figuras jurídicas dos Centros Universitários. A lei também possibilita a criação de universidades especializadas por campo do saber, o que não ocorria anteriormente. Disponível em: <http://www.oei.es/quipu/brasil/educ_superior.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

Utilizamos como referencial teórico, dentre outros, os seguintes autores: José J. Brunner, Samantha Maia, Giovana Fonseca Caôn, Heloisa Figueiredo Frizzo, Éder Dantas, Luiz de Souza Junior, Suely Ferreira, Ana Lúcia Gazzola, Deise Mancebo, Maria Costa Morosini, Valdemar Sguissardi, João dos Reis Silva Junior, Luiz Fernando Reis, Roberto Leher.

O objetivo deste estudo decorre e emerge a partir da percepção, por meio de dados disponíveis nas plataformas governamentais, de que há um discurso de que com a política governamental de Lula e Dilma, a educação passa por um novo rumo, pois se trata de um momento favorável para que os brasileiros sejam beneficiados conseguindo a ampliação das oportunidades educacionais. Divulga-se, então a ideia de que há facilidade de se engajar na continuidade dos estudos, através de programas ofertados pelo governo que supõem a consequente melhora da condição humana do país para aqueles que desejam progredir. Este discurso propagado alimenta a ideia de que o governo tem dado prioridade para crianças e jovens completarem seus estudos, nas mais diversas áreas desde a educação infantil à educação superior e pós-graduação, incluindo escolas em tempo integral. Além da expansão interna no país, promove também chances de graduação e pós-graduação em outros países para estudantes brasileiros. O governo proporcionaria assim aos estudantes brasileiros uma profissionalização de qualidade suprimindo as mais diversas necessidades trabalhistas?

Com base nesse pressuposto o governo teria iniciado um processo de reformas atingindo o ensino técnico e profissional, por meio da difusão e criação de universidades federais, que oportunizariam o acesso aos menos favorecidos a educação superior, com bolsas de estudos até para as melhores universidades do mundo. Num curto período o orçamento da educação superior teve um aumento saltando de R\$ 18 bilhões em 2002 para R\$ 115,7 bilhões em 2014, tendo um aumento de 218% (SGUISSARDI, 2014). Nos anos seguintes houve também um aumento considerável de investimento nesse nível de ensino, segundo dados do governo foram investidos até o primeiro semestre de 2016 R\$ 3,8 bilhões para o ensino superior voltados prioritariamente para universidades, institutos federais e pagamento de bolsas de estudo. Para o segundo semestre de 2016 o governo federal divulgou a autorização para a abertura de 75 mil vagas para o Fies, totalizando o montante de R\$ 450 milhões para o custeio dos novos contratos

(BRASIL, 2016).

As declarações colocadas em público sinalizam para o fato de que os presidentes Lula e Dilma esperavam por meio de programas combater a desigualdade e chegar ao desenvolvimento do país investindo na educação, tornando o Brasil promissor, dando esperança aos brasileiros de melhor qualidade de vida. As estatísticas apresentadas para justificar esse propósito pelo governo mostram que no período de 12 anos foram construídas 422 escolas técnicas, triplicando a realização de governos anteriores. Aumentando em 18 as universidades federais, 173 *campi* e com os programas “Programa Universidade Para Todos” (Prouni) e “Fundo de Financiamento Estudantil” (Fies) muitas pessoas tiveram acesso à formação superior. Até 2002 se contabilizava 3,5 milhões de jovens nas universidades, decorridos 12 anos, alcançou-se em 2014 a quantidade de 7,5 milhões de brasileiros universitários. Elevaram o piso salarial nacional para os professores aumentado em 78,7% a partir de 2009, com aumento real de 35,5% (SGUISSARDI, 2014).

Conforme Sguissardi, o Presidente Lula em seu discurso no lançamento do Prouni em 2005 frisou que, mesmo com inúmeros presidentes com graduação universitária, em muito tempo não se aumentava a quantidade de universidades federais no país e poucas vagas eram oferecidas a uma minoria e nos grandes centros. Em seu governo afirmou ele, foram construídos 14 novas universidades, 126 novos *campi* por todo país e foi facilitado o acesso aos estudantes do interior. Ainda com base no mesmo autor verifica-se que a presidente Dilma dá continuidade a essa política de valorização da educação superior, chegando a 18 novas universidades e 173 novos *campi*. Nos anos 2003-2013 os municípios que receberam universidades federais de ensino superior passaram de 114 a 237, desfazendo desigualdades regionais e avançando na área educacional tanto nos grandes centros como nas pequenas cidades. De acordo com informações divulgadas pelo Ministério da Educação o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), estas instituições, receberam recursos a serem investidos no conhecimento, ampliando assim as vagas e fazendo surgir cursos no período noturno para trabalhadores. Teria favorecido ainda esse crescimento, o sistema de cotas sociais e raciais em universidades públicas, (as mesmas se tornaram lei, sancionada pela presidente Dilma em 2012).

A Lei de cotas sociais, destinando 50% das vagas em universidades federais a quem realizou ensino médio em escolas públicas, as quais eram divididas entre negros, pardos e indígenas, conforme etnicidade populacional em cada estado. Segundo o governo a via de entrada é o ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio) que passou de instrumento avaliativo para ingresso nas universidades através do Sisu (Sistema de Seleção Unificada). Estima-se que 95% das universidades federais usam notas do Enem para selecionar seus alunos. O mesmo serve para conseguir o Prouni (Programa de Distribuição de Bolsas de Estudo em Faculdades Privadas), incluindo Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), o “Ciências Sem Fronteiras” cujo programa oferta a oportunidade de bolsas para que os universitários possam fazer intercâmbio em universidades estrangeiras (BRASIL, 2014b).

De acordo com dados do MEC, o Sisu está sendo um importante meio de se chegar às universidades e cresce o número de instituições públicas buscando Sisu e disponibilizando vagas para alunos que realizam o Enem. O aluno pode optar por qualquer lugar do país para estudar, é automática a classificação nos cursos pela nota do Enem. Outro fator fundamental para o crescimento da educação, conforme publicações oficiais do governo, é o Prouni em que jovens carentes em grande número tem buscado à instituições particulares de ensino superior nos mais variados cursos, entre eles; Engenharia, Medicina, Direito, etc., já o Fies possibilita ampliação do acesso com a redução de juros que desde o ano 2010, conforme Reis (2015) caíram de 6,5% para 3,4% ao ano abaixo da inflação, e o aumento do prazo de carência para 18 meses a contar do término do curso e estendido o prazo para quitação, levando a um aumento de 83% na adesão desse benefício, grande parte desses alunos são oriundos de famílias com a renda em menos de um salário mínimo e meio por pessoa, isso indica 40% de estudantes universitários utilizando os programas Prouni ou Fies (BRASIL, 2014b).

O Fies teve ainda juros reduzidos de 9% para 3,4%a.a., financiamento chegando a 100% da mensalidade, ampliado prazos de pagamento, criação do Fundo de Garantia de operações de créditos Educativo (Fgeduc). Alunos de licenciatura e medicina que trabalharem na área pública em educação ou saúde tem amortização sem dispêndio, de 1% da dívida consolidada por mês trabalhado. O programa “Ciência Sem Fronteiras” estaria trazendo desenvolvimento nas áreas: econômica, industrial e pesquisa nacional. Para os cursos de medicina, engenharia,

ciências biomédicas, tecnológicas e computação, as bolsas são no valor de R\$ 101 mil para 4 anos, mas para participar é necessário mais de 600 pontos no Enem. Em 2014 a presidente Dilma criou o “Ciência Sem Fronteiras 2”, para que os estudantes ao retornarem, trouxessem experiências e sugestões novas utilizáveis no país. Ver o

Tendo em vista todos os aspectos acima relacionados acerca do objeto analisado é importante ensejar que esta temática vem sendo cotejada desde 2007, durante o período de graduação no curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), onde foram realizados estudos, em um grupo de extensão ofertado pelo professor Dr. João Jorge Correa, com vistas a compreender as políticas públicas fomentadas para o ensino superior nos governos de Fernando Henrique Cardoso.

A partir das análises empreendidas naquele momento sobre o objeto, emergiu a necessidade de continuação do processo investigativo com o aprofundamento analítico da atual conjuntura política brasileira, pois, o contexto das reformas educacionais implementadas na América Latina na década de 1990, resultaram na exclusão escolar da classe trabalhadora e deteriorização do sistema público de ensino, distanciando cada vez mais a possibilidade de acesso a educação superior.

Acerca desse entendimento, procuramos por meio da produção científica de pesquisadores relacionados à temática identificar em artigos, dissertações e teses produzidas a respeito das políticas para a educação superior quais seriam os meios políticos e econômicos utilizados para fomentar as políticas educacionais no nível da educação superior gestadas no Brasil nos governos Lula e Dilma. Se o movimento de globalização na década de 1990 produziu efeitos nefastos nas políticas sociais e consequentemente educacionais interessa-nos, por ora, entender a trajetória percorrida pelos recentes governos brasileiros a qual aparentemente está sustentada por um discurso de necessidade social de acesso e democratização do nível superior no país.

Temos em vista a partir da análise dos autores elencados compreender a forma como tem se delineado a política de expansão da Educação Superior por meio dos programas Prouni e Fies na tentativa de apreender o movimento histórico, político e econômico que condiciona e determina os desdobramentos da política social, e da possível democratização da educação superior.

A política educacional brasileira sempre foi pensada para viabilizar o acesso das elites às melhores universidades. A educação superior até pouco tempo tem sido destinada aos membros da elite, pois apenas os mesmos tinham condições de pagar as altas mensalidades e acessar os cursos considerados de “*status*”, quem não tinha a materialidade necessária para poder passar no vestibular estava fadado aos cursos técnicos que requeriam um tempo de formação menor.

Com a nova demanda estabelecida pelas indústrias e pela orientação dos Organismos Internacionais, a preocupação da qualificação da mão de obra especializada fez com que o mercado fosse passando por mudanças e conseqüentemente também a educação, e mais precisamente a Educação Superior, logo a demanda teve que se apropriar ao novo mercado devido à dependência econômica. Diante disso o país teve que tomar algumas iniciativas entre o descaso e ou a falta de investimento em relação à universidade pública e o financiamento nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, tentando a adequação do acesso ao Ensino Superior no Brasil e respondendo de alguma forma as necessidades apresentadas pelo mercado.

A presente dissertação baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental com a finalidade de compreender como vem sendo analisadas as políticas para o ensino superior por programas como Prouni e Fies.

Em relação ao atual contexto da política educacional brasileira para a expansão e acesso à educação superior, abordamos no primeiro capítulo a compreensão a respeito da concepção de Estado neoliberal e internacionalização do capital, na direção de entender sua forma de atuação na sociedade capitalista. Também apresentamos um breve resgate do Ensino Superior no Brasil no governo FHC para que se possa entender o processo histórico de implantação desse nível de ensino, anteriormente ao período de recorte desse trabalho.

Tendo presente estes aspectos, também procuramos ainda nesse capítulo compreender a conjuntura política e econômica da sociedade brasileira e principalmente do Ensino Superior nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

A partir desses elementos, no segundo apresentamos a compreensão de pesquisadores do campo das políticas para o ensino superior a respeito do processo de democratização no contexto dos governos Lula e Dilma, visando um

posicionamento crítico em relação ao debate acerca da política educacional para este nível de ensino.

CAPÍTULO I

1 ESTADO, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E A IDEOLOGIA NEOLIBERAL NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E ORIENTAÇÕES POLÍTICAS SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR

1.1 Estado, Organismos Internacionais e a ideologia neoliberal a partir da década de 1990

Para se compreender a emergência e necessidade do estabelecimento das políticas públicas, neste caso em específico das políticas sociais e educacionais, primeiramente há que se esclarecer a função do Estado em uma sociedade composta por classes sociais antagônicas e baseada em um modelo produtivo desigual e excludente que visa a conservação do *status quo*.

Conforme a definição de Saes (1998), a função do Estado, no modo de produção capitalista, é assegurar a coesão da sociedade vigente, controlando o conflito entre as classes sociais antagônicas e impedindo a destruição do sistema capitalista. O Estado é o poder articulador e regulador geral da sociedade e assim sendo, Estado e sociedade compõem uma estrutura sócio-econômica, conflitiva, contraditória, e com interesses opostos e antagônicos (FALEIROS, 1986).

Para evitar a derrubada e superação deste sistema, o Estado de alguma forma precisa garantir que as necessidades mais básicas da população sejam atendidas, assegurando também um equilíbrio, a fim de neutralizar uma revolta da classe popular, que levaria a sociedade ao caos, provocando a falência deste modelo produtivo, o qual baseia-se na exploração da força de trabalho e na acumulação da riqueza socialmente produzida. Diante desta situação, o Estado antecipa-se às pressões da classe trabalhadora utilizando-se de estratégias e recursos que inviabilizem a mobilização e reivindicação da população, tais estratégias materializam-se na forma de políticas sociais.

Por sua vez as políticas sociais são resultado de lutas e tensões, e, englobam o acesso à segurança, saúde, educação, habitação, previdência social, entre outras, objetivando minimizar as lutas, garantir as condições de vida e a acumulação

flexível.

No que tange a educação, entende-se que as políticas educacionais expressam a intervenção estatal em um campo específico, com regulamentação jurídica, por meio de decretos, leis e instrumentos normativos influenciados e orientados por organismos multilaterais como Banco Mundial (BM), Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) entre outros.

Considerando-se a relação entre sociedade e educação, e que os organismos internacionais, especialmente o BM, tem participação efetiva na definição das políticas educacionais no Brasil, Figueiredo (2008) assinala que a partir da década de 1970 parece ter ocorrido uma mudança na forma como o Banco Mundial concebe o desenvolvimento econômico. Sobretudo, a autora afirma que, diante da crise internacional, as sugestões deste organismo indicavam que a educação seria uma das formas de levar os países subdesenvolvidos ao pleno desenvolvimento, então, o BM passou a recomendar e enfatizar a necessidade do estabelecimento de políticas sociais de alívio e regulação da pobreza, e de atendimento as necessidades mais básicas da população.

Nesse sentido, o investimento em “capital humano”², tornou-se uma estratégia político-ideológica do BM para controlar o crescimento populacional a pobreza, fatores que obstaculizam o progresso social. De acordo com esse aspecto, o BM precisava investir em infraestrutura produtiva e social, e no desenvolvimento de projetos que articulassem crescimento e bem-estar social.

Tendo em vista este movimento e tomando como análise a realidade é importante a compreensão da relação existente entre capital-trabalho. Nesse sentido, a categoria “trabalho” merece destaque, pois, pode ser apreendida como possibilidade histórica de produção da vida e transformação social ou como meio de exploração de uma classe sobre a outra³.

² Para a teoria do capital humano, a educação torna as pessoas mais produtivas, aumenta seus salários e influencia o progresso econômico. Estudiosos como Benhabib e Spiegel, (1994), Souza (1999), Martin e Herranz (2004), entre outros apontaram que o capital humano pode ser dimensionado pelo nível de educação e conhecimento de uma população que passa a ser uma variável importante no conceito e nos modelos de crescimento econômico (VIANA; LIMA, 2010).

³ Nessa relação, o capital pode ser suplantado pelo trabalho, pois, o trabalho é criador do capital, e por assim ser sobrevive sem o capital, que, no entanto, não sobrevive sem o trabalho.

Por meio do trabalho o homem produz a ciência, o conhecimento, a tecnologia, que, no entanto na sociedade de classes, não estão a serviço de todos, mas sob o domínio do capital que, apropria-se dos bens materiais e intelectuais produzidos socialmente reduzindo a maioria da população à mera força de trabalho com condições ínfimas de existência.

Acerca das políticas sociais e educacionais no Brasil, a partir do final do século XX e início do século XXI, Oliveira e Duarte (2005) apontam para uma tendência atual, a adoção de “Programas de Transferência de Renda”, os quais têm como objetivo o combate ao ciclo vicioso da pobreza e permanência dos alunos de baixa renda na instituição escolar. Tais programas são apresentados como a política social do século XXI. No entanto, cabe considerar que não se deve confundir e restringir a política social somente a questão da renda, mas entender que a mesma está associada ao debate que envolve as desigualdades sociais, a exploração do trabalho, a má distribuição de renda e os baixos salários que reforçam o atual modo de produção da existência da humanidade.

No campo educacional houve ampliação do direito à educação de 4 para 8 anos e lutas em favor da universalização e democratização da educação básica, já no período pós abertura política buscou-se a operacionalização e modernização do Estado com reformas e processos de privatização, importações e cortes nos gastos públicos na tentativa de desvencilhar o Estado das políticas sociais possibilitando um possível engajamento no capitalismo mundial (OLIVEIRA; DUARTE, 2005).

Ainda em relação ao contexto educacional brasileiro, Saviani (2008) aponta que a partir da década de 1990 com a influência do pensamento neoliberal, as políticas educacionais estiveram orientadas a manter as estatísticas aceitáveis por organismos internacionais e não para a melhoria das condições pedagógicas de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, Saviani (2008) assevera que as políticas educacionais implantadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso além de promoverem a separação entre educação média e educação profissional, também levaram a desorganização, queda na qualidade do ensino, e a desmotivação dos profissionais da educação, demonstrando a falta de unificação da estrutura educacional, reforçando-se a dualidade do ensino.

Diante do exposto, e com base nos autores supramencionados, percebe-se

que a educação não tem sido tratada como prioridade pelas classes dirigentes do país, ou seja, não é uma prioridade política. De acordo com esse aspecto, Saviani (2008) salienta que é preciso uma racionalidade social na destinação de recursos à educação, visto que, na estrutura da sociedade capitalista as políticas sociais ficam subordinadas à política econômica.

Neste contexto, entendemos o movimento histórico que resulta em transformações na sociedade. As políticas públicas por serem parte deste processo, também modificam-se e adaptam-se ao longo do tempo e, em grande média, às necessidades do capital. Compreende-se dessa forma que, embora, o Estado coloque-se acima das classes sociais por meio de uma suposta neutralidade, este, “[...] resume, condensa, mediatiza as relações sociais, segundo as correlações de força da sociedade civil” (FALEIROS, 1980, p. 47), em última instância está posicionado à favor de uma determinada classe. Para legitimá-la o mesmo utiliza-se de instrumentos legais e coercitivos, bem como da repressão e violência quando necessário, mas também faz uso de uma ideologia baseada no pensamento liberal que visa defender os interesses do capitalismo. Para a teoria liberal o homem deve buscar a liberdade na área econômica, política e social, dessa forma o fracasso ou sucesso do indivíduo fica sob sua própria responsabilidade, eximindo o Estado das condições materiais e culturais em que se encontra a classe trabalhadora.

Em relação ao debate acerca da ampliação do acesso à educação superior de qualidade, desde a reforma do Estado na década de 1990, o Brasil tem passado por diversas transformações, no que diz respeito às políticas de acesso e expansão da educação superior. Portanto, é necessária a análise dos desafios da educação superior na atual conjuntura social e econômica.

O tema da democratização do acesso à educação superior de qualidade reveste-se, assim, de grande importância. A experiência que o Brasil vem vivendo com relação às transformações no âmbito da educação superior é muito rica e serve como importante referência para a análise dos desafios da educação superior na sociedade contemporânea e, em particular, nos países emergentes (NEVES; RAIZER; FACHINETTO, 2007, p. 124-125).

Nessa direção, é importante destacar que a inclusão e acesso ao ensino superior pela classe trabalhadora torna-se condição para que ocorra a democratização deste nível de ensino, possibilitando que a educação superior

supere seu caráter elitista deixando de ser privilégio das classes abastadas. Nessa direção ressalta-se que:

A temática educação superior passa por um processo de democratização, promovendo o acesso à educação para todos, não mais numa proposta exclusiva de formação de uma elite com seletividade extrema no ingresso à universidade. No entanto, esse processo tem deixado como herança da reforma do ensino superior da década de 1990 o meganegócio da educação, indicando a amplitude do interesse em jogo com reflexos na sociedade e nos próprios estudantes incluídos nesse sistema (CAÔN; FRIZZO, 2010, p. 7).

Reafirma-se, a necessidade de compreender a forma como tem se delineado a política de expansão do Ensino Superior, na tentativa de apreender o movimento histórico, político e econômico que condiciona e determina os desdobramentos da política social, e da possível democratização da educação superior.

As políticas sociais contiveram a expansão do ensino superior público e gratuito no Brasil⁴, o que permitiu e privilegiou até meados de 2003 a multiplicação dos estabelecimentos privados de ensino, enquanto que as instituições públicas gratuitas recebiam na grande maioria os jovens de escolas privadas de boa qualidade, as pessoas com maior renda que asseguram para seus filhos escola de qualidade partindo então para universidades públicas (NEVES; RAIZER; FACHINETTO, 2007).

A expansão do acesso à educação superior no início da década de 2000 se apresenta bastante restrita aos jovens provenientes de classe média e alta que possuem maior poder aquisitivo, dificultando significativamente o ingresso do contingente de alunos com baixas condições financeiras de arcar com os custos do ensino na rede privada, esse aspecto é evidenciado quando em 2003 o governo divulga o percentual de que 70% das vagas ainda eram ocupadas por alunos de classes sociais abastadas (PNAD/IBGE, 2003).

Nos anos de 1990, os administradores da “máquina” pública defensores do neoliberalismo, ávidos por colocarem em prática uma reforma estatal, propalaram a interpretação de que o Estado produziu ao longo dos anos um setor público ineficiente e marcado pelo privilégio, diferente do setor privado, que desenvolve as

⁴ Os dados referentes à contenção da expansão do acesso ao Ensino Superior no Brasil concomitante ao crescimento das instituições de ensino privado serão tratados *a posteriori*.

atividades com eficiência e qualidade. Esse pressuposto vem sendo utilizado para justificar a necessidade de reduzir o tamanho do Estado, e em especial na oferta dos serviços sociais à população. Para os neoliberais, as conquistas sociais, como direito à educação, à saúde, transporte público, etc. devem ser regidas pelas leis do mercado, ou seja, o Estado deve oferecer os serviços sociais para exploração do mercado capitalista colocando suas ações de acordo com a reprodução do capital.

As políticas de ajuste estrutural desenvolvidas pelo Estado a partir dos anos de 1990 têm como objetivos centrar-se na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público, provocando a exclusão social e econômica, o Estado então agiria apenas nos casos de “amenização” da pobreza e de produção de serviços.

O trabalho empreendido pelo governo no setor social tem sido direcionado à população pobre, de modo a aliviar a miséria dos “marginalizados”, mantendo, entretanto, a desigualdade social. Na educação, observa-se que ocorre por meio da priorização dos recursos do Governo Federal a criação de bolsas para estudantes do ensino superior privado, como por exemplo, o Programa Universidade para Todos (Prouni) e a redução de investimentos públicos às instituições de ensino superior (IES) públicas, fazendo com que a educação superior deixe de ser vista como direito social transformando-a em mercadoria.

Entre diversas mudanças na educação superior brasileira a partir dos anos 2000, é importante mencionar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 já propunha a flexibilização/fragmentação por meio da diversificação institucional e expansão pela via do setor privado contribuindo para a acentuação e privatização desse nível de ensino (SAVIANI, 2008).

A LDB produziu alterações e reestruturou o sistema educacional do país. A educação superior sofreu algumas alterações por meio da edição de decretos, leis, portarias e outros instrumentos normativos pós LDB 9394/96. Destacam-se as alterações instituídas no Decreto nº 2.207, de 05/04/1997, alterado pelo Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, que regulamentou o Sistema Federal de Educação, por meio do qual o Governo normatizou as atribuições das instituições superiores privadas de ensino, admitindo de forma definitiva as instituições com fins lucrativos e estabelecendo a diversificação das instituições de ensino superior em cinco tipos: 1- universidades; 2- centros universitários; 3- faculdades integradas; 4- faculdades; 5-

institutos superiores ou escolas superiores. Posteriormente o Decreto nº 3.860 de 09/07/2001, alterou as regras de organização do ensino superior e da avaliação dos cursos e instituições definindo uma nova mudança na diversificação das instituições de ensino superior mudando de cinco para três tipos: 1- universidades; 2- centros universitários; 3- faculdades integradas; faculdades; institutos superiores e/ou escolas superiores apenas então sendo reagrupadas de modo diferente (MOROSINI, 2008).

Esse processo é marca da privatização que vem sendo então utilizada com a finalidade de reduzir a presença do Estado, tanto na área produtiva quanto na área social. No Brasil tal tendência passa a direcionar a política brasileira a partir do governo de Fernando Collor de Mello. Já o governo de Fernando Henrique Cardoso acentuou essa política por meio de uma série de reformas no Estado, tendo a privatização como um de seus eixos centrais intensificando a abertura do mercado para investimentos estrangeiros, provocando a falência de vários setores da economia nacional resultando no aumento de desemprego.

Contudo, haja consenso nos indicadores que apontam a continuidade de políticas educacionais implementadas por FHC durante os mandatos de Lula e Dilma é importante uma análise crítica da atual conjuntura política da educação superior, para que assim superemos uma visão ideológica acerca desse objeto, uma condição importante no processo de construção do conhecimento, bem como da ação política (DANTAS; JUNIOR, s/d).

Para compreender a forma como ocorre a atuação estatal na implementação de políticas educacionais para o ensino superior no Brasil, é pertinente o debate e a compreensão sobre a crítica da economia política, pois, em uma sociedade capitalista, embasada na economia burguesa, que visa somente o lucro, as relações sociais e econômicas que se estabelecem são mediatizadas pelas necessidades impostas pelo mercado global.

Nesse sentido, entender a economia, a divisão social do trabalho e também o delineamento das políticas educacionais, enquanto resultado da luta de classes e do acirramento das relações capitalistas é fundamental para compreender a forma de condução das políticas destinadas ao ensino superior. Marx (1994, p. 10) destaca que, "[...] A economia política burguesa, isto é, a que vê na ordem capitalista a configuração definitiva e última da produção social, só pode assumir caráter

científico enquanto a luta de classes permaneça latente [...]".

O movimento inerente ao processo de internacionalização do capital, bem como a estrutura social condicionada política e economicamente, leva ao desvelamento da finalidade mercadológica subjacente às atuais políticas educacionais.

Cabe, pois, considerar nesse processo que as políticas educacionais materializadas em programas de acesso, apontam para o atendimento das necessidades de crescimento e manutenção do mercado, e para o desenvolvimento do sistema produtivo para a continuidade da reprodução da força de trabalho e das relações de exploração.

O sistema nacional de educação superior ainda não corresponde à necessidade da população brasileira, visto que ainda há que se expandir o acesso à educação superior no âmbito público. Entretanto, o aumento de recursos financeiros precisa pressupor gastos com a entrada de novos alunos, mas também a necessidade de prever a valorização da remuneração da força de trabalho docente e dos técnicos, bastante precarizada, bem como a assistência ao estudante de modo consistente e com inclusão social visando a permanência dos alunos (MANCERO, 2008; MOROSINI, 2008).

Por outro lado, a expansão do acesso deve ocorrer sem delegações diretas ou indiretas dessa responsabilidade à iniciativa privada, bem como, sem a alocação de verbas públicas, mesmo que indiretas, para os estabelecimentos de ensino superior privados, como é o caso da renúncia fiscal promovida pelo programa brasileiro Programa Universidade para Todos (Prouni), ao comprar vagas de escolas particulares como forma de ampliação do acesso (MANCERO, 2008).

Os princípios neoliberais nas políticas públicas brasileiras são orientados pela economia globalizada, com um projeto mundial de organização da sociedade em uma política articulada por organismos internacionais onde, apesar do Estado desempenhar um papel fundamental na formulação e efetivação das políticas sociais não significa que estas envolvam exclusivamente o âmbito público. Deste modo, o Estado pode assumir formas diversas dependendo da relação que estabelece entre público e privado, entre Estado e mercado e, ainda, a forma como condiciona os direitos sociais às contribuições dos cidadãos (ANTONIO; SILVA; CECÍLIO, 2010).

1.2 A reforma do Estado no governo FHC: implicações para a Educação Superior

Conforme apresentam Santos e Cerqueira (2009), a trajetória da instituição universitária recebeu influência do contexto político, econômico, social e cultural de cada período histórico.

Para Ferreira (2012) as mudanças produzidas nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI tanto no mercado, como na estrutura do Estado promoveram alterações em relação à concepção de universidade e suas finalidades. Tendo em vista esse processo, as mesmas estão cada vez mais integradas às necessidades de reestruturação produtiva do capital.

A autora aponta que as mudanças substantivas envolvem aspectos internos e externos destas instituições, em âmbito mais abrangente, em um movimento de internacionalização da educação superior. A partir da década de 1980, as transformações no mundo do trabalho levaram a readequação das universidades, que assumiram novas finalidades, diante da reconfiguração do Estado em diversos países. Nessa direção, destaca-se a expressão de que a sociedade e a economia devem assentar-se no conhecimento, o qual transforma-se em estratégia de competitividade. Dessa forma, Ferreira (2012) assevera que há um processo de reconfiguração das finalidades sociais das universidades brasileiras, a partir da reforma do Estado em 1995.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, no período correspondente a 1995-2002, houve uma “modernização” na educação superior baseada em princípios de racionalidade administrativa e eficácia. Nessa direção:

No governo de FHC, ocorreram medidas de ajustes estruturais e fiscais, bem como reformas orientadas para o mercado, visando à integração do Brasil à economia mundial, ao mesmo tempo em que se enfatizava o novo papel atribuído ao mercado para alocação dos recursos e se diminuía as funções do Estado como provedor dos serviços (FERREIRA, 2012, p. 457).

As políticas educacionais do governo FHC para a educação superior demonstraram o favorecimento da privatização desse nível de ensino e a

preponderância do seu papel econômico. Havia uma preocupação, em preparar o país para a abertura econômica e inserção no processo de globalização. De acordo com esses aspectos, a extinção do Conselho Federal de Educação (CFE) levou à criação do Conselho Nacional de Educação (CNE) e delegou maiores responsabilidades ao setor privado, no que tange a expansão de educação superior (FERREIRA, 2012).

Ainda no governo FHC foram encaminhadas algumas medidas de reestruturação para a educação superior e para as universidades públicas. Nesse sentido, cabe destacar a Lei nº 10.260, de 7 de dezembro de 2001, que dispôs sobre o Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES)⁵, o qual, possibilitou de maneira indireta, a destinação de verbas públicas para instituições privadas de ensino.

As diretrizes políticas dos governos FHC apontaram para a tentativa de estabelecer a educação superior como um serviço público não estatal; o que tendencialmente resulta na diminuição significativa do financiamento estatal para a manutenção das universidades, na medida em que ocorre uma mudança no papel do Estado, que passa de financiador a regulador/controlador dos processos de privatização, financiamento, assim como incentivador das parcerias público-privadas, e da competitividade entre as instituições. Ousamos anuir que, essas medidas refletem diretamente na qualidade do ensino ofertado, pois, favorecem a expansão a baixo custo, por meio do ensino a distância, dos sistemas de avaliação voltados para uma formação que visa atender ao mercado de trabalho. Tendo em vista, estas considerações, é importante compreender que:

⁵ O FIES sucedeu o CREDUC, de acordo com o Ministério da Educação (MEC, 1997), o Programa e Crédito Educativo (PCE) foi criado por iniciativa da Presidência da República, em 23 de agosto de 1975. Foi implantado, no primeiro semestre de 1976, nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No segundo semestre do mesmo ano, foi estendido a todas as Instituições de Ensino Superior do país, reconhecidas ou autorizadas. Na primeira fase, funcionou com recursos da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S.A. e bancos comerciais. Em 1983, teve alterada sua forma de custeio, passando os recursos a serem promovidos pelo orçamento do Ministério da Educação e pelas loterias, tendo a Caixa Econômica Federal como único Agente Financeiro. O Programa foi institucionalizado por meio da lei 8.436, de 25 de junho de 1992 e passou a ser denominado de “Programa Crédito Educativo para estudantes carentes” (CREDUC). Posteriormente, a lei 8.436/92 foi alterada pela lei nº 9.288, de julho de 1996. O CREDUC foi extinto em 1997 e substituído em 1999 pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) (REIS, 2015).

As universidades passaram a ser vistas a partir de uma visão mais pragmática e utilitária dos seus serviços, seja na formação profissional, seja na produção da ciência e da tecnologia, modificando expressivamente os referenciais da sua finalidade e relevância social (FERREIRA, 2012, p. 461).

O governo de Fernando Henrique Cardoso foi uma administração que se adaptou às novas condições do capitalismo para se adequar ao mundo globalizado. Esse governo tinha em vista uma determinada relação entre Estado e sociedade, bem como a estrutura e função do Estado, criticava o Estado no qual hipotrofiam-se os Poderes Legislativo e Judiciário e, em movimento contrário hipertrofia-se o Poder Executivo, de modo que as relações entre Estado e sociedade civil não passavam por mediações das associações e entidades políticas. O diálogo faz-se diretamente entre as duas instâncias de poder e hegemonia, diante de uma sociedade fragmentada e desorganizada em razão da degradação social econômica dos anos 1980 (SILVA JUNIOR, 2002).

No final da década de 1990 FHC reforçou sua visão de Estado, como também a função daquele em relação à área social: “Não há dúvida de que, nos dias de hoje, além desse papel de iluminar os caminhos nacionais e, de certa maneira, de apontar metas que sejam compatíveis com os desejos da sociedade, o Estado deve também concentrar-se na prestação de serviços básicos à população – educação, saúde, segurança, saneamento, entre outros” (PEREIRA; SPINK, 1998, p. 16 *apud* SILVA JUNIOR, 2002, p. 44).

Conforme demandavam as agências multilaterais, FHC fez reformas, enquanto seus articuladores políticos alinhavavam alianças no Congresso Nacional e Pedro Malan e os presidentes do Banco Central, com destaque para Armínio Fraga, mantinham a política econômica orientada pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, com irreparável prejuízo para a área social (SILVA JUNIOR, 2002).

Para o governo de FHC, foi necessária e imprescindível a mudança do Estado que emerge com a adoção de novos critérios orientadores da administração pública, que propiciaram a redução de custos, buscando maior articulação com a sociedade civil, definindo prioridades democraticamente ancoradas na realidade do Estado e cobrando resultados (SILVA JUNIOR, 2002).

O Estado de bem-estar já dava indícios desde o início às orientações da

mudança do Estado, dado o caráter inexorável atribuído à universalização do capitalismo. A administração pública será feita sob alto controle do Estado, a partir de políticas feitas por especialistas – na sua maioria pesquisadores oriundos das melhores universidades e institutos de pesquisa do Brasil, cobrando resultados fazendo com que o Estado concretize os rumos e metas elaboradas centralizadamente no âmbito do próprio Estado (SILVA JUNIOR, 2002).

Uma estrutura nova, com funções sociais e políticas diretamente ligadas à participação da sociedade civil com “novos” funcionários públicos, para que a administração e a regulação social fossem eficientes e competentes. O profissionalismo se colocava no centro da dimensão política, tornando-se reduzidamente técnico, instrumental e acordado na ciência voltada para um fim que não é dela, mas do projeto político do governo, que toma a forma institucional do Estado.

A educação em geral e, em especial, a educação superior foi reconfigurada com muita intensidade pela própria reforma do Estado, na qual está presente a transformação das instituições de educação superior em organizações sociais, que seriam fundações públicas regidas pelo direito privado, retirando com isso a unidade do sistema federal, submetendo esse nível de ensino às regras do privado e subordinando as práticas sociais de docência, pesquisa e extensão dentro das práticas mercantis (SILVA JUNIOR, 2002).

Realizava-se a intervenção mercantilista consentida pelas autoridades educacionais brasileiras orientadas pelas agências multilaterais, no contexto da universalização do capitalismo, direcionadas por uma razão instrumental, que se constitui no epicentro de um processo de mercantilização do trabalho imaterial, em geral, e em particular, da esfera educacional em seu nível superior. Essa intervenção se dá em face da universalização do capitalismo e do lugar e função que ocupam os Estados Unidos (SILVA JUNIOR, 2002).

Os organismos multilaterais atuam juntamente com o Banco Mundial, na sedimentação da nova ordem mundial, interferindo na organização econômica e política dos Estados nacionais, especialmente dos chamados países em desenvolvimento. Sobre esse aspecto cabe ressaltar conforme o documento do Banco Mundial de 1994 que:

As lições derivadas da experiência para demonstrar como os países em desenvolvimento podem alcançar as metas de maior eficiência, qualidade e equidade na educação superior. Documenta-se a profundidade da crise que afeta os sistemas do nível terciário em todo o mundo em desenvolvimento, apesar das variações na magnitude, diversidade, divisão entre entidades públicas e privadas e níveis de financiamento que caracterizam o subsetor nos diferentes países. O exame das experiências dos países indica que há quatro orientações chave:

- Fomentar a maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas;
- Proporcionar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem suas fontes de financiamento, por exemplo, a participação dos estudantes nos gastos e a estreita vinculação entre o financiamento fiscal e os resultados;
- Redefinir a função do governo na educação superior;
- Adotar políticas que estejam destinadas a outorgar prioridade aos objetivos de qualidade e equidade (BM *apud* SILVA JUNIOR, 2002, p. 58).

FHC transforma o Brasil no país das reformas e o submete, apesar de suas particularidades, de acordo com as orientações dos organismos internacionais multilaterais, com especial destaque para o Banco Mundial.

A globalização do sistema capitalista impõe uma reforma dos Estados que propicie a expansão da lógica mercantil, alimentada pelo discurso da autonomia, o que permite a inserção da racionalidade mercadológica no setor público (SILVA JUNIOR, 2002). Desta forma, FHC preconiza que o Estado de bem estar-social dê lugar a um Estado gestor, que carregue em si a racionalidade empresarial das empresas capitalistas transnacionais, tornando-se as teorias organizacionais, antes restritas aos muros das fábricas, as verdadeiras teorias políticas do Estado moderno. O Brasil se insere nesse processo de mudanças provocando também uma transformação no aparelho de Estado, que, de interventor e estruturador da economia em favor do capital nacional desde a década de 1930, passa, na década de 1990, a um Estado modernizado, a um Estado gestor (SILVA JUNIOR, 2002).

FHC fez um movimento reformista na segunda metade dos anos 1990 na área social, particularmente na esfera educacional com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) e as próprias diferenças entre o Plano Nacional de Educação, proposto pela sociedade brasileira e formulado pelo “Fórum Nacional em Defesa da Escola

Pública”⁶, que se sustentava na ampliação da ação do Estado na escola pública e na efetivação da gestão democrática da educação e da escola e o Plano aprovado que adaptava as orientações para a educação sugerida pelos assessores do Banco Mundial.

Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira, então Ministro do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, apresentou em 1996 um quadro mais detalhado de sua concepção de Estado, dividindo-o em quatro setores, buscando produzir uma estrutura para a administração pública gerencial orientada pelos valores do privado, enfatizando as qualidades do setor privado, ao propor que a eficiência, agilidade etc. dos serviços do Estado deveriam ser semelhantes às desse setor. Para chegar a esse nível de eficiência e agilidade, defende a adoção de uma forma de organização administrativa “mais flexível do que a adotada no núcleo burocrático da administração direta”, que se apoiaria especialmente nas denominadas “organizações sociais”, congêneres, das organizações não governamentais, no âmbito do Estado (PEREIRA, 1996, p. 8).

As estratégias para fomentar o desenvolvimento foram aumentando no decorrer dos anos de 1990. Porém, foi o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, escrito por Bresser Pereira, em 1995, que implementou alterações radicais com o objetivo de modernizar o Estado de acordo com as novas tendências da chamada “Era da Globalização”: melhorar o desempenho do aparelho estatal em relação à prestação de serviços transferindo para o setor privado até mesmo serviços essenciais como a saúde, previdência e educação; enxugar os gastos da máquina estatal; reformar o setor orçamentário; etc. (BRASIL, 1995). Tratava-se de descentralizar o poder do Estado, transferir as responsabilidades para outros setores

⁶ O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) foi constituído em 1987, por entidades científicas, acadêmicas, profissionais, sindicais, estudantis e movimentos populares de âmbito nacional que vem atuando, ao longo dos últimos anos, na defesa intransigente da universalização da educação pública, gratuita, laica, com qualidade social, em todos os níveis. Organizado para atuar na constituinte, este Fórum foi responsável pelas principais conquistas que os setores sociais, comprometidos com essa concepção de educação, conseguiram inserir na Constituição Federal de 1988 [grifo do autor]. Este fórum teve papel decisivo na construção do Projeto de LDB (PL nº1.258/88), que, embora tenha sido a expressão dos anseios da sociedade brasileira, foi substituído por outro, no Senado, elaborado e aprovado à revelia da sociedade, dando origem à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) em vigor. Foi o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública que, antecipando-se ao Governo Federal, apresentou, em 1988, ao Congresso Nacional (Câmara dos Deputados) o PL 4155/98: Plano Nacional de Educação - Proposta da Sociedade Brasileira. Disponível em: <http://www.aduff.org.br/documentos/forum_esc.htm>. Acesso em: jun. 2016.

da sociedade, enfim, medidas próprias das práticas neoliberais.

Logo para Bresser Pereira, reformar o Estado brasileiro seria:

[...] superar de vez a crise fiscal, de forma que o país volte a apresentar a poupança pública que lhe permita estabilizar solidamente os preços e financiar os investimentos. Significa completar a mudança na forma de intervenção do Estado no plano econômico e social, através de reformas voltadas para o mercado e para a justiça social. Reformar o Estado significa, finalmente, rever a estrutura do aparelho estatal e do seu pessoal, a partir de uma crítica não apenas das velhas práticas patrimonialistas ou clientelistas, mas também do modelo burocrático clássico, com o objetivo de tornar seus serviços mais baratos e de melhor qualidade (PEREIRA, 1995, p. 4).

Para Bresser Pereira a reforma do Estado deveria alterar a função e o papel do Estado e implantar um modelo de “administração gerencial” ao invés do modelo burocrático de administrações anteriores.

A respeito dessa reforma, Deitos (2010, p. 6-7) afirma que:

Não há nenhuma dúvida acerca da necessidade de controle estatal e da própria necessidade de dimensionar e de reorganizar sistematicamente as funções do Estado brasileiro para gerar estabilidade econômica e fluidez no mercado. Desse modo, portanto a reforma do Estado, contida no receituário do *Plano Diretor da Reforma do Estado*, previa com clareza a dimensão da função do Estado no processo de acumulação do capital [...].

O Estado então passa a exercer “seu papel complementar ao mercado na coordenação da economia e na busca da redução das desigualdades sociais”. O então ministro Bresser Pereira afirmava que a crise do Estado era a causa fundamental da crise econômica, a crise do Estado seria então oriunda de problemas fiscais, relacionados ao modo de intervenção na economia e na sociedade.

As agências multilaterais representantes do capital na esfera internacional, sob a hegemonia dos Estados Unidos, têm exercido de modo exemplar o papel, do ponto de vista do Capital, em busca da produtividade e da equidade social, a partir de ajustes político-econômicos orientados por diretrizes conhecidas como neoliberais, impondo aos países determinados valores e entendimento da realidade, como orientação de seus projetos políticos nacionais, conforme a racionalidade da

nova ordem mundial, com base numa ciência que legitima o conhecimento da sociedade e é produzida nas instituições de educação superior brasileiras sob a orientação do mercado e numa profissionalização que se põe como forma e conteúdo das relações entre indivíduo e sociedade e entre sociedade e Estado (SILVA JUNIOR, 2002).

Logo a forma de compreensão ideológica da realidade dos países em desenvolvimento é uma parte do processo de expansão do capital para espaços ainda não organizados segundo sua racionalidade no contexto das alterações sociais. Assim essas mudanças apresentam-se em uma concepção organizada da educação superior fundamentada em diagnósticos da crise deste nível de ensino produzidos no contexto dos fundamentos da eficiência, da eficácia, competência e da excelência do privado e do mercado; da diferenciação institucional e da competitividade empresarial; da ciência na condição de mercadoria e da minimização e centralização do Estado (SILVA JUNIOR, 2002).

Para Silva Junior, estas reformas promovem uma nova organização da educação superior orientada pela racionalidade dos processos de mudança social, tendo como valor central os valores do mercado, orientadas pela transformação na ciência e na profissionalização que no plano político resulta no processo de enfraquecimento do movimento sindical, destacando-se aqueles que atuam na educação superior.

Estrategicamente a educação no governo FHC esteve adequada à racionalidade das reformas institucionais no Brasil e como parte orgânica das reformas educacionais, num contexto de mudança de “ciclo de desenvolvimento” e de mudança das estruturas sociais brasileiras (SILVA JUNIOR, 2002).

A preocupação em relação à expansão do acesso à educação superior e o papel que coube à universidade ficou notadamente expressa nas políticas para essa modalidade de ensino. Porém, em 1996, o governo FHC aprovou a nova LDBEN (Lei 9.394/96), que trouxe consigo novas propostas para a educação, mas que apresentam extrema similaridade com as propostas dos organismos multilaterais (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2004).

Percebe-se que o governo brasileiro, no decorrer da década de 1990, praticamente não ampliou a educação superior pública. Pelo contrário, as políticas oriundas do Estado contribuíram para ampliar o setor privado e confirmar as

proposições presentes nas políticas da cartilha liberal, de transformar a educação em mercadoria, limitando o acesso a quem pode pagar (COLLEONI, 2012).

A chamada globalização no processo de financeirização fez com que países em desenvolvimento, como o Brasil, adequassem seu aparelho estatal sob a justificativa de descentralizar o poder do Estado e equilibrar o setor econômico (COLLEONI, 2012). Desse modo, nos anos de 1980 e 1990, as primeiras mudanças começaram a ser implantadas, mais precisamente em 1993. FHC, na época Ministro da Fazenda do Governo de Itamar Franco, lançou o chamado “Plano Real”, que tinha como objetivo livrar o país da crise fiscal e lançá-lo rumo ao desenvolvimento. Para isso, foram apresentadas alterações no orçamento, realizadas reformas na economia e na gestão estatal, criou-se uma nova moeda – o Real -, entre outras medidas, como a implementação das políticas de incentivo à privatização de diversos setores, entre eles a saúde, previdência e educação. FHC afirmava que a preocupação do governo era equilibrar as contas públicas e combater a inflação. Assim, o equilíbrio fiscal tornou-se a meta prioritária do Estado, pois a dita ordem financeira e administrativa era tida como a principal causa da inflação, que impedia o crescimento do país e aumentava a desigualdade (CARDOSO, 1994).

No ano de 1993, foi lançado o Plano de Ação Imediata (PAI), que

[...] previa um conjunto de medidas voltadas para a reorganização do setor público, incluindo redução e maior eficiência de gastos: recuperação da receita tributária; fim da inadimplência de Estados e Municípios com a União; controle dos bancos estaduais; saneamento dos bancos federais; aperfeiçoamento e ampliação do programa de privatização (CARDOSO, 1994, p. 114).

FHC afirmava em seu governo que o plano trouxe resultados importantes e mostrou certos avanços na economia do país como, por exemplo, o aumento de 500 milhões de dólares por mês na receita de impostos da União, o aperfeiçoamento do processo de privatizações, etc. Isso era apenas o começo das mudanças na gestão do Estado na busca de equilibrar o setor fiscal, diminuindo a inflação e combatendo a exclusão social. FHC alegava que a inflação era a principal causa da desigualdade social. Desse modo, afirmava: “Não há, assim, política social mais eficaz do que a queda da inflação” (CARDOSO, 1994, p. 115).

Sobre a educação FHC demonstrava o interesse na descentralização da educação superior e na divisão das responsabilidades com o setor privado. De

acordo com FHC, a União não deveria mais ser a única responsável pelo financiamento dessa modalidade de ensino.

Na área da educação, o avanço da descentralização impõe que se prepare o terreno para a progressiva transferência das instituições federais de ensino superior à órbita dos Estados. Estes ficam também como em grande parte já acontece, com a responsabilidade principal pelo ensino médio, mantendo-se o ensino pré-escolar com os Municípios e cabendo à União funções de coordenação e fomento, através do repasse criterioso de recursos às outras esferas do governo (CARDOSO, 1994).

Sguissardi e Silva Junior (2001, p. 78) mostraram que FHC transformou o Brasil no “país das reformas [...] catalisando toda a mudança social necessária a sua entrada no processo de mundialização do capital, sob a ótica da ideologia neoliberal”.

Sendo assim, a educação ganhou um enfoque especial nas políticas de governo e nas recomendações dos OI para os países em desenvolvimento, visto que o conhecimento passou a ser definido como ferramenta essencial para o crescimento e fortalecimento econômico de tais países. A educação superior se tornou foco das discussões, pois, na universidade estaria o que há de mais aprimorado no conhecimento científico.

Durante a gestão do governo FHC, o Poder Executivo expediu uma gama de documentos nos quais mostrava suposta melhora na educação superior brasileira e negava a ideia de privatizá-la. Contudo, de acordo com Minto, eram apontados dados alegando que o governo atuava em prol da “democratização” do acesso a essa modalidade de ensino utilizando números equivocados e que, na maioria das vezes, revela o número inicial de matrículas nas IES públicas. Sobre este aspecto, Minto afirma que:

Afora as pretensas medidas para tornar as IES públicas “eficientes”, segundo o discurso da “produtividade” e outros, um dos principais méritos desses dois governos teria sido o de promover uma maior “democratização” do ensino superior, cujos dados sobre a expansão de vagas seria prova inequívoca. Tal expansão, quase sempre tomada em sua dimensão quantitativa e com base, muitas vezes, apenas no número de alunos inicialmente matriculados, passou a ser o grande mote do MEC e do Poder Executivo, autodeclarados promotores de uma grande transformação na educação superior (MINTO, 2006, p. 147-148).

Contudo, o autor menciona que as reformas na educação superior foram um marco na década da atuação do governo Fernando Henrique, a ampliação do acesso por meio do setor privado foi visto como ponto positivo para àqueles que estavam excluídos da universidade. O governo transmitia uma forte ideologia de que o setor privado supriria a necessidade com maior eficiência e com a garantia de rápida inserção da população no mercado de trabalho, somado com o uso das “novas tecnologias”, a diversificação e diferenciação do ensino, a educação à distância, ou até mesmo a rapidez na formação, eram vistos como promissores para o futuro da universidade Brasileira.

Minto (2006) chama atenção para as aberturas intencionais que existem na Lei 9.394/96 que permitem com que os assuntos mais importantes em relação à educação superior possam ser tratados em momentos distintos da aprovação da mesma. O pensamento inicial era de que a lei “estabelecesse uma ‘adequada moldura jurídica’ para uma adequação compatível com os ditames da Reforma do Estado, da modernização da economia e do ajuste fiscal” (MINTO, 2006, p. 152).

A educação superior, a partir da década de 1990, apresentou alguns aspectos que mereceram atenção:

[...] progressiva aceleração no processo de privatização e de empresariamento do ensino, a crescente obrigação do Estado com o financiamento da Universidade Pública, a definição pelo poder público de uma política nacional que não assegura condições reais de ensino e pesquisa na produção acadêmica e o autoritarismo estatal (ANDES *apud* SGUISSARDI; SILVA JUNIOR, 2013, p. 142).

Revela-se então o descaso com a universidade pública em favor do setor privado, transferindo então os assuntos relacionados à educação para o setor privado, uma vez que este se apresenta como o natural promotor da eficiência e qualidade do ensino, justificando que o Estado sozinho não poderia garantir a expansão necessária. Desse modo de acordo com Dourado e Oliveira foram utilizadas:

[...] novas formas de regulação e gestão da universidade brasileira, com base em mudanças: estruturais (interpenetração entre esfera pública e privada); institucionais (diferenciação de modelos de

organização acadêmica); diversidade programática, dentre outras (DOURADO; OLIVEIRA, 1999, p. 13).

O Estado passou então a estimular o setor privado a destinar vagas à camada menos favorecida da população, logo o setor crescia, as universidades públicas passavam por problemas diversos, desde o sucateamento da estrutura física até a falta de professores, os baixos salários e a degradação de suas condições de trabalho (COLLEONI, 2012).

Assim, FHC teve a pretensão de modernizar a educação superior brasileira, transformou a universidade em um negócio. A pretensão maior era diminuir os gastos principalmente com as IES públicas, por isso, estabeleceram-se as parcerias público/privado. Segundo Shiroma, Moraes e Evangelista (2004, p. 93),

Os governos dos anos de 1990, mas, sobretudo, os de Fernando Henrique Cardoso, não deixaram de fazer uso dos recursos disponibilizados pelo seu farto arsenal legislativo. A ação contra o caráter público na universidade, iniciada ainda no regime militar, encontrou incentivo e reforço nunca vistos. Antes da LDBEN, e depois dela, um número importante de leis, medidas provisórias, decretos, decretos-leis, portarias, resoluções passou a definir os rumos do ensino superior brasileiro. Não causa surpresa, portanto, que na LDBEN de 1996, o capítulo específico sobre a educação superior é o que contém o maior número de artigos – 16,3% do total. E, não é demais lembrar que, embora o discurso oficial sempre se refira ao sistema de ensino como um todo, define atribuições e prerrogativas somente às “instituições credenciadas” como universidades. E, entre elas, as reformas recaem, preferencialmente, sobre as instituições da rede federal.

Shiroma, Moraes e Evangelista (2004) dizem que as reformas exercem maior pressão nas universidades federais, pois há a exigência da criação de cursos noturnos e ampliações de vagas, mas ao mesmo tempo, o governo proíbe a contratação de novos professores, congela os salários e passa a tratar a universidade pública com certo descaso.

O governo FHC tinha a figura do professor como foco principal, a ele foi atribuída a responsabilidade pelos problemas da qualidade do ensino e do fracasso escolar, logo as propostas do governo também estavam relacionadas ao professor, que seria o responsável pela formação “dos cidadãos conscientes e aptos a enfrentar as exigências da sociedade moderna” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2004, p. 98).

[...] os reformadores disseminam um discurso fundamentado em pressupostos questionáveis. Afirmam que a educação constitui-se numa das principais vias de enfrentamento dos problemas atuais, especialmente o da inserção ou manutenção dos indivíduos no mercado de trabalho. Valorizam os atributos e conhecimentos próprios do ensino formal, como se a eficiência da educação fosse, por si só, capaz de promover a eficiência da economia. Mais que isso, tentam creditar a morosidade da economia à suposta obsolescência do conhecimento dos trabalhadores, argumento equívoco e derrubado por inúmeras pesquisas. Trata-se, então, de destacar sua função ideológica cujo intento é responsabilizar a população pela situação do país na economia globalizada lastreada na voluntarista ideia de que o país superará sua posição periférica na divisão internacional do trabalho se cada cidadão investir adequadamente em sua própria escolarização e requalificação (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2004, p. 111).

Compreende-se, então, que “o Estado realiza um projeto educacional excludente [...] articulando aos interesses internacionais” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2004, p. 113), insere uma reforma na qual ele aparece como o maior investidor e atribui a responsabilidade da educação à iniciativa privada, a entidades públicas não governamentais e a outros setores da sociedade.

CAPÍTULO II

2 A COMPREENSÃO DE PESQUISADORES NO CAMPO DAS POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS GOVERNOS LULA E DILMA

Neste capítulo, visto que esta pesquisa tem como finalidade principal compreender a forma de gestão dos últimos governos brasileiros no que tange a política educacional para o acesso à educação superior, pretende-se então abordar a produção científica de pesquisadores relacionados à temática no período correspondente aos governos Lula e Dilma.

Partiremos de uma breve apresentação do contexto educacional nos governos supracitados, tendo em vista apontar as estratégias voltadas para a educação superior visando o entendimento das relações políticas e econômicas que permeiam a esfera educacional nesse nível de ensino por meio de ajustes estruturais, parcerias internacionais que subsidiam e sugerem acordos financeiros com instituições privadas.

A partir da vitória eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003 esperava-se mudanças estruturais significativas em todos os setores sociais, principalmente na educação, pois, o plano de governo apresentado por Lula acenava para um governo popular e democrático. Ainda no ano de 2003 importantes iniciativas em relação ao Ensino Superior foram tomadas, no intuito de promover uma reforma que visasse melhorar o acesso a este nível de ensino.

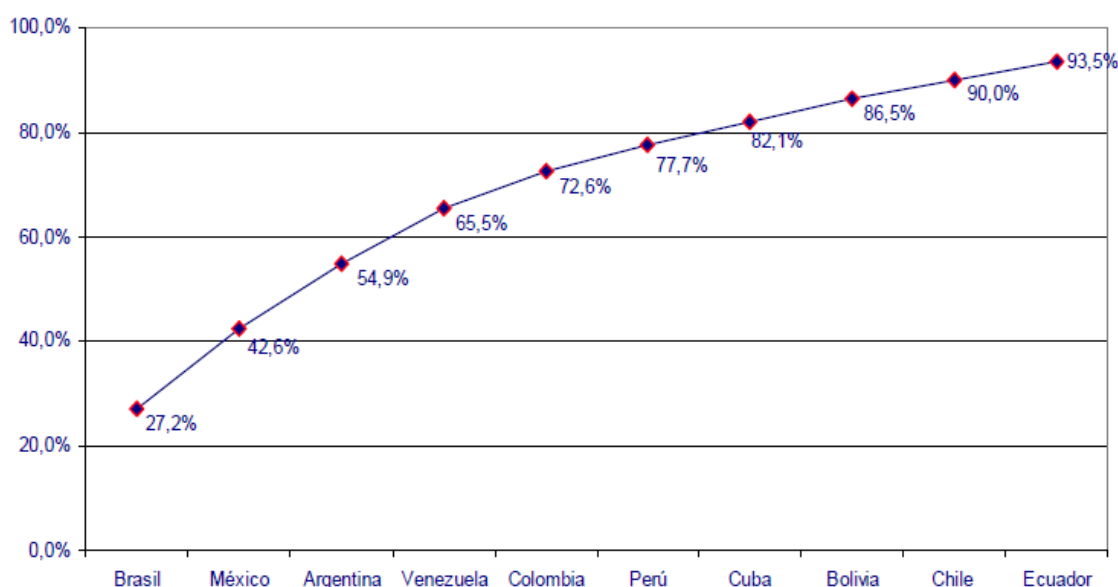
O debate acerca de uma “Reforma Universitária”, apontava para a necessidade de um conjunto de ações emergenciais, na direção de provimento e complementação de recursos financeiros e elaboração de um novo modelo de educação superior. As reflexões oriundas dessa discussão sinalizaram para alguns elementos importantes que precisam ser considerados, como: autonomia acadêmica e financeira, gestão, estrutura e organização, instrumentos de avaliação e regulação, e, políticas públicas para acesso e democratização (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

Na compreensão da conjuntura política e econômica da sociedade brasileira nos governos Lula, cabe considerar que o Brasil ainda ocupa uma posição de desvantagem em relação a outros países da América Latina, como: Argentina,

Venezuela, Colômbia, Peru, Cuba, Chile e Equador no que tange ao número de matrículas no Ensino Superior.

A figura 1 a seguir referente aos anos de 2005/2006 comprova este aspecto revelando a disparidade entre o Brasil quando comparado aos demais países Sul-Americanos na taxa bruta de matrículas do acesso ao Ensino Superior (GAZZOLA, 2008).

Figura 1 – Percentual de matrículas no ensino superior na América Latina nos anos de 2005/2006



Fonte: IESALC/UNESCO em *Panorama da Educação Superior na América Latina e Caribe: a importância da expansão quantitativa e qualitativa da pesquisa e da pós-graduação*, 2008.

Diante deste contexto, a análise da implementação e finalidade de alguns programas como o “Reuni” e o “Programa Universidade Para Todos” (Prouni) revelam como o Brasil tem gestado políticas educacionais para a ampliação do acesso ao Ensino Superior, e, demonstram o tratamento governamental dispensado a este nível de ensino.

Acerca disso, em relação ao governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), Ferreira (2012) destaca que a promulgação de decretos e leis demonstraram

a continuidade das políticas para a educação superior estabelecidas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Nesse sentido, não houve sinal de ruptura na forma de delineamento das políticas educacionais, no entanto, ocorreu um aumento dos recursos financeiros destinados à educação superior.

Dentre as ações efetivadas na reforma da educação superior dos governos Lula, destaca-se a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que criou o Programa Universidade para Todos (Prouni).

A respeito do Programa Prouni, Ferreira (2012) afirma que o mesmo foi opção do governo Lula para a ampliação do acesso à educação superior. Para a autora, os programas citados constitui-se em programas de Estado, tendo em vista que no governo Dilma há continuidade das políticas, indicando novas etapas.

Para Carvalho e Lopreato (2005 *apud* REIS, 2015) o referido programa, cujo título utiliza o termo *universidade* em um amplo sentido, na realidade, o Prouni não restringe-se apenas às universidades, mas destina-se a qualquer tipo de instituição privada de ensino superior inclusive as com fins lucrativos que segundo os autores foram as que mais se beneficiaram com o programa, pois tiveram isenção tributária. Carvalho (2011 *apud* REIS, 2015) assinala ainda que o Prouni tinha um duplo papel no governo Lula, já que por um lado democratizou o acesso das camadas mais pobres da população à educação superior, mas por outro lado evidenciou que o financiamento do programa deu continuidade a manutenção do crescimento do setor particular por meio de respaldo financeiro de estabelecimentos educacionais, das seguintes formas: renúncia fiscal em trocas de bolsas de estudos, transferências orçamentárias para a permanência do estudante e o uso do crédito estudantil como meio complementar.

Compreende-se que os governos de Lula e Dilma adotaram como referencial para as reformas sociais em curso, uma política de estabilidade voltada para o crescimento da economia do país. No entanto, é importante considerar que o discurso da política para equidade iniciado ainda no governo de FHC, ganhou destaque no governo Lula, com a ampliação das áreas de abrangência das políticas sociais. Diante destes aspectos, o governo Dilma, pareceu seguir na mesma direção, por meio de um discurso baseado na sustentabilidade da economia, em detrimento da redistribuição de renda (FERREIRA, 2012).

Em relação ao governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), a autora destaca a promulgação de decretos e leis que demonstraram a continuidade das políticas para a educação superior estabelecidas durante o governo FHC. Nesse sentido, não houve sinal de ruptura, no entanto também afirma que ocorreu um aumento dos recursos financeiros destinados à educação superior.

O governo de Lula aprovou os seguintes instrumentos legais: Decreto nº 4.914, de 11/12/2003 que dispõe sobre os centros universitários, alterando o art. 11 do Decreto nº 860, de 09 de julho de 2001; Lei nº 10.861, de 14/04/2004 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); Lei nº 10.973, de 30/12/2004 que institui a Parceria Público Privada (PPP); o Decreto Presidencial nº 5.225, de 01/10/2004 que elevou os centros federais de educação tecnológica (Cefets), à categoria de instituições de ensino superior; o Decreto Presidencial nº 5.245, de 18/10/2004 transformado na Lei nº 11.096/05 que criou o Programa Universidade para Todos (ProUni). Decreto Presidencial nº 5.205, de 20/12/2004 que regulamenta as fundações de apoio privadas no interior das IFes; o Decreto Presidencial nº 5.773, de 09/05/2006, encaminhado pelo governo federal ao Congresso Nacional, em junho de 2006 estabelecendo uma nova regulamentação para a educação superior.

Tais medidas mantiveram e fortaleceram a continuidade à política de expansão do ensino superior sob a lógica da diversificação e da privatização de acordo com as orientações do Banco Mundial para a educação superior na América Latina, sistematizadas no documento: *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*, que aponta:

A introdução de uma maior diferenciação no ensino superior, ou seja, a criação de instituições não-universitárias e o aumento de instituições privadas podem contribuir para satisfazer a demanda cada vez maior de educação superior e fazem com que os sistemas de ensino melhor se adequem às necessidades do mercado de trabalho (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 31).

O Prouni ofereceu em seu primeiro processo seletivo 112 mil bolsas em 1.114 instituições de ensino superior de todo o país e já atendeu, desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2009, cerca de 600 mil estudantes, sendo 70% com bolsas integrais (BRASIL, 2014b).

A alta ociosidade das vagas do ensino superior privado (35% das vagas em

2002, 42% em 2003 e 49% em 2004) é abordada por Catani e Hey (2007 *apud* SILVA JUNIOR, 2002). De acordo com os autores o número total de estudantes beneficiados pelo Prouni é pequeno em relação à quantidade de alunos matriculados na educação superior brasileira.

Durante o governo Lula, o aumento das instituições públicas desencadeou o crescimento para além da demanda do mercado privado e por outro lado ocorreu uma abertura e desburocratização desse setor que mediante essas possibilidades vem se expandindo, por meio da adoção pelo Estado brasileiro de fatores que facilitam a oferta dos serviços educacionais mediante isenção de tributos, isenção da contribuição à previdência das instituições sem fins lucrativos bem como bolsas de estudos para alunos carentes via programa do Crédito Educativo hoje transformado no Financiamento Estudantil (Fies), empréstimos financeiros e juros baixos por instituições bancárias oficiais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Programa Universidade para Todos (Prouni) entre outras.

Ao considerar a expansão do setor privado, acaba se revelando, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a política desenvolvida pelos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Ao se constatar os dados oficiais sobre o ensino superior brasileiro, observa-se que a predominância do setor privado, tanto em relação ao número de instituições, como de alunos atendidos e cursos de graduação, é uma característica do quadro desse nível de ensino.

No governo Dilma, reafirma-se a continuidade das políticas educacionais encaminhadas durante os governos anteriores. Sobretudo, com ênfase na construção e interiorização de universidades federais para à expansão do acesso, e a implantação do programa “Ciência sem Fronteiras” com vistas a estimular a mobilidade dos estudantes, por meio da concessão de bolsas em universidades estrangeiras. Vale considerar que a:

Política para a educação superior do governo Dilma vem enfatizando os seguintes parâmetros a serem incorporados pelas universidades: inovação, empreendedorismo, competitividade, formação e atração de capital humano, mobilidade internacional, universidade como agente de desenvolvimento econômico e social, foco em áreas estratégicas/prioritárias de estudo e de pesquisa, internacionalização da educação superior (FERREIRA, 2012, p. 468).

Os autores estudados observam que os governos de Lula e Dilma adotaram como referencial para as reformas sociais em curso, uma política de estabilidade voltada para o crescimento da economia do país.

No governo Dilma, como já dissemos, reafirma-se a continuidade dos direcionamentos políticos educacionais encaminhados durante os governos anteriores, enfocando o aumento de universidades federais e a ampliação do acesso.

É importante ressaltar que mesmo com a manutenção das políticas de acesso implementadas pelo governo Lula e a criação do programa supracitado, os dados referentes ao ano de 2012 revelaram que no governo Dilma o percentual de alunos que podem ingressar nas instituições de educação superior (IES) é maior que a oferta de vagas nas instituições, tanto federais, quanto estaduais e municipais que juntas somavam apenas 12,6% do total de 2.416 IES do país, sendo que as IES privadas representam 87,4%. Em 2010, com base no índice de evolução dos dados do triênio anterior, estimava-se que as IES públicas eram 11,8% do total de 2.378, as IES privadas e particulares, 77,8% em relação de 1.096 IES, públicas: 17,5%; privadas comunitárias confessionais 34,5% e particulares 48% (FÁVERO; SGUISSARDI, 2012).

No ano de 2010 estima-se que as matrículas na graduação presencial foi de 5.449.120 e se distribuíram com 26,8% nas IES públicas e 62% nas IES privadas, em 1999 a distribuição percentual dos 2.369.945 de matrículas era nas universidades públicas: 35,1%, privadas particulares 27,5% e as comunitárias confessionais 37,4%. As matrículas de graduação em 2012 no total de 7.037.688 se distribuíram em 26%, 9% nas IES públicas, 73,1% nas IES privadas (FÁVERO; SGUISSARDI, 2012).

Do total de 1.050.413 concluintes de graduação em 2012 estavam 22,6% nas IES públicas e 77,4% nas IES privadas, dentre os concluintes de graduação presencial, no total de 829.286 se distribuíam em 21,5% nas IES públicas, 11,6% nas IES privadas confessionais e 64,4% nas IES particulares (FÁVERO; SGUISSARDI, 2012).

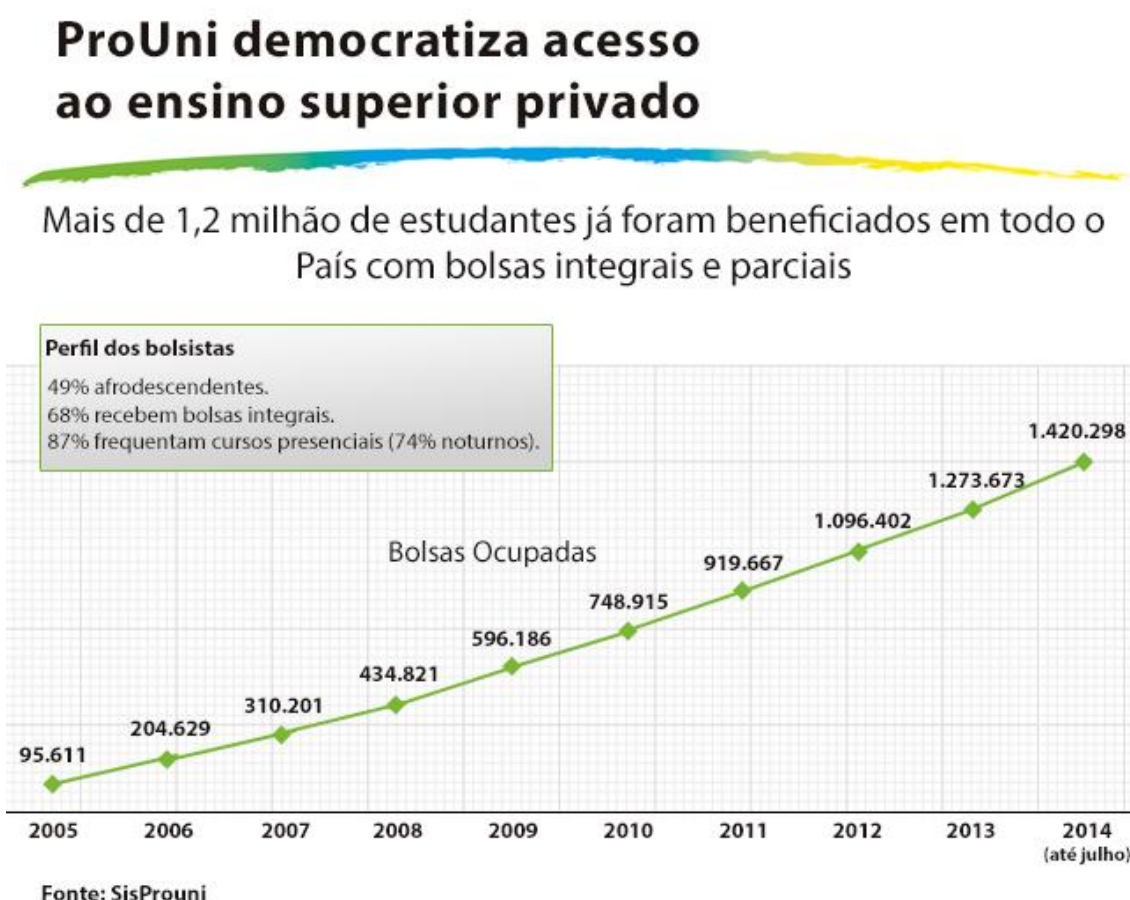
Maia (2014) aponta que em 2013 os 12 maiores “Grupos Educacionais” das cerca de 1.900 IES privadas particulares detinham 39,3% das 5.448.730 matrículas

desse setor, isto é, 2.141.351 matrículas.

De acordo com a *InfoMoney* site que oferece notícias sobre ações e investimentos, sete desses “Grupos Educacionais” tem capital aberto e atuam no segmento educacional da BM&FBovespa ou de bolsas estrangeiras, segmento que se destaca por ser, no caso da bolsa paulista, um dos mais, senão o mais lucrativo de todos os segmentos econômicos que nela atuam. De março de 2012 a março de 2014, enquanto o total das empresas da BM&FBovespa teve 23% de desvalorização de suas ações, a Kroton Educacional teve cerca de 300% de valorização e a Estácio Participações, cerca de 250% (INFOMONEY, 2015).

Acerca do acesso ao ensino superior por alunos em instituições privadas de ensino a figura abaixo aponta a quantidade de bolsas integrais e parciais ofertadas mediante o Programa Prouni entre os anos de 2005 e 2014.

Figura 2 – Quantidade de bolsas integrais e parciais ofertadas pelo Prouni entre 2005 e 2014



Fonte: Ministério da Educação.

Decorre desses números a percepção de que um direito básico da cidadania, a educação, estaria sendo inegavelmente tratado como uma mercadoria. Mais de 80% das IES têm fins lucrativos e contam com cerca de 70% do total de matrículas. Além disso, como motor dessa profunda reconfiguração do panorama da educação no Brasil e subjacente a fachada desses “Grupos Educacionais”, empresas mantenedoras de centenas de IES, Kroton Educacional, Anhanguera Educacional, Estácio Participações, Ser Educacional, Ânima Educação, Laureate, Devry e Whitney, está o setor financeiro da economia (bancos, fundos de investimento) nacional e internacional, diversos desses “Grupos” tendo como financiadora e, também, acionista uma Divisão do Banco Mundial (The International Finance Corporation-IFC) (HOROCH, 2014 *apud* SGUISSARDI, 2014).

A intervenção direta ou mediadora do Estado nas políticas de educação, de ES e sua expansão, dar-se-ia como decorrência do grande impacto que pode ser qualificado como “incorrigível lógica do capital sobre a educação [...] ao longo do desenvolvimento do sistema” (SGUISSARDI, 2005, p. 35).

Este aspecto é evidenciado na política adotada pelo Brasil no último decênio, com a expansão das instituições federais, criação de uma dezena e meia de universidades e de várias dezenas de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), além do implemento de programas como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), desde a CF de 1988, a LDB e vários Decretos complementares, e programas como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Sguissardi afirma que com exceção dos que, antiestatistas convictos, creem na quimera da “mão invisível do mercado”, tende a maioria dos cidadãos a identificar, no nível do senso comum, o estatal com público, isto é, com os interesses coletivos da maioria (SGUISSARDI, 2013, p. 953).

Para tanto, os adeptos dos interesses de acumulação do capital no âmbito (e com apoio) do Estado acentuariam a suposta contraposição estatal e privado, como disso efetivamente se tratasse.

De acordo com a análise de Sader (2003), o estatal é caracterizado nesse esquema como ineficiente, sendo aquele que cobra impostos e devolve maus serviços à população, como burocrático, corrupto, opressor. E o privado é promovido

como espaço de liberdade individual, de criação, imaginação, dinamismo.

Para ele, a falta de qualificação do Estado brasileiro deve-se ao fato de, na realidade, este ter privatizado um Estado que arrecada do mundo do trabalho e transfere recursos para o setor financeiro, gastando mais com o pagamento dos juros da dívida do que com educação e saúde. Um Estado que paga taxas de juros estratosféricas ao capital financeiro, mas remunera pessimamente seus professores e seus trabalhadores do setor de saúde pública, aqueles mesmos que prestam serviços à massa da população. Um Estado que não assegura os direitos básicos para a grande maioria da população, mas que dilapidou o patrimônio público em processos de privatização financiados com o próprio dinheiro público (SADER, 2003).

Diante dos processos sociais de reprodução no modo de produção e reprodução do capital que caracteriza o nosso modelo econômico e social percebemos que de acordo com o autor acima referido o privado não é a esfera dos indivíduos, mas dos interesses mercantis, como se vê nos processos de privatização, que não constituíram processos de desestatização em favor dos indivíduos, mas das grandes corporações privadas, aquelas que dominam o mercado.

Demonstra-se, a partir de então alguns ajustes e mudanças na economia, representados principalmente pela mundialização do capital e pela predominância do capital financeiro que explicariam, não somente a proeminência da ciência e do ensino superior como forças produtivas ou mercadorias, mas também a expansão eminentemente mercantil da ES, de que participam grandes grupos empresariais como suporte do setor financeiro da economia.

A política de expansão da educação superior de 2002 a 2012, com as características predominantes de privatização, não se constituiu a partir dos anos iniciais dessa década e sim com um berço calcado desde a ditadura militar, do modelo econômico e político então vigente. Suas origens se fortaleceram especialmente no final dos anos 1980 com a Constituição Federal de 1988 e durante os anos 1990 com as determinações legais da LDB e de seus decretos regulamentadores nº 2.207/97, 2.306/97 e nº 3.860/01. De acordo com Sguissardi tal instrumento jurídico alicerçava-se num contexto muito bem demarcado da economia mundial e nacional de substituição do Estado do Bem Estar Social ou do Estado

Nacional Desenvolvimentista, em crise, pelo chamado neoliberalismo com decidida adesão ideológica e política de dirigentes e empresários de nosso país às teses ultraliberais e receituários econômico políticos enfeixados e disseminados pelo Consenso de Washington que é a denominação do encontro realizado em 1989 em Washington por representantes do governo norte-americano, FMI, BM, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização Mundial do Comércio (OMC) e representantes de vários países, com o objetivo de sistematizar (e buscar acordo sobre) as principais diretrizes de política econômica com base no ideário neoliberal e que deveriam ser implementadas pelos países participantes do encontro (SGUISSARDI; SILVA JUNIOR, 2013, p. 153).

As recomendações do Consenso de Washington, FMI, BID, OMC entre outros, preconizam algumas ações tais como, equilibrar o orçamento, com redução de gastos públicos no setor de direitos ou serviços sociais (saúde, educação, habitação, segurança), abertura comercial e liberação financeira com livre ingresso de investimento externo direto – IED, desregulamentação do Estado, retirada dos direitos trabalhistas e previdenciários, liberação dos mercados domésticos, privatização das empresas e dos serviços estatais/públicos, entre eles os de educação superior e saúde. A reforma gerencial do aparelho do Estado, com a adoção de conceitos como atividades não exclusivas do Estado (e competitivas, como a educação superior), propriedade pública não estatal e organização social (por oposição a instituição social), via projeto de lei, pretendia transformar as instituições universitárias federais, que seriam administradas por funções públicas de direito privado, mediante contratos de gestão e fim da gratuidade e substituição do modelo universitário vigente em termos legais (SGUISSARDI; SILVA JUNIOR, 2001, p. 15-16).

Diante disso, o autor afirma que o domínio da economia e das ações políticas e sociais do Estado brasileiro equiparou o lugar ao lado de outros países emergentes e de parceiro coadjuvante dos países detentores da hegemonia na mundialização do capital financeirizado. Em poucos anos o país passou pelo mais extremado processo de privatização do patrimônio público do Estado a começar por suas empresas com as menores vantagens proporcionais para o erário em toda a sua história.

Sguissardi aponta que se trata do processo de privatização, mediante o qual o

Estado entregou ao grande capital, para exploração privada e lucrativa, complexos industriais internos e serviços de primeira importância como distribuição de energia, transportes, telecomunicações, saneamento básico, bancos e seguros e saúde e educação. Essa monumental transferência de riqueza social, construída com recursos gerados pela massa da população, para o controle de grupos monopolistas operou-se nos países centrais, mas especialmente nos países periféricos significando uma profunda desnacionalização da economia.

Chesnais (1996), Netto e Braz (2007) mostram a importância que teve para os setores monopolistas a privatização das empresas e serviços estatais, isto é, seu retorno à esfera mercantil atualmente. É no movimento de transferência, para a esfera mercantil, de atividades que até então eram estritamente regulamentadas ou administradas pelo Estado, que o movimento de mundialização do capital encontra suas maiores oportunidades de investir.

O “assalto” ao Estado por empresas nacionais e transnacionais que privatizou a quase totalidade das empresas estatais brasileiras que haviam sido estatizadas durante o golpe civil/militar que teve início em 1964, esse processo de privatização teve um acirramento na segunda metade da década de 1990, alimentado pelos temores de que um eventual governo de esquerda pudesse publicizar e instrumentalizar o aparelho do Estado, o economista e ex-presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) Márcio Pochmann afirma que:

No Brasil, a fase da privatização implicou reduzir a participação dos bancos públicos de mais de 50% para quase 1/3 da disponibilidade total do crédito doméstico, enquanto a transferência em ativos das empresas estatais para o setor privado por meio da privatização equivaleu a 15% do Produto Interno Bruto e à destruição de mais de 500 mil postos de trabalho (POCHMANN, 2010, p. 176).

De acordo com Pochmann até o início dos anos 2000, apenas 19% do PIB destinava-se a gastos sociais, o salário mínimo permanecia congelado, o índice de Gini (desigualdade na renda do trabalho) girava em torno de 0,60 e o trabalho participava com menos de 40% da renda nacional.

O Dieese (2001, p. 34 *apud* Sguissardi, 2013) mostrava que, em 1992, a remuneração dos empregados representava 44% do PIB, e o excedente operacional bruto, transferido para o lucro das empresas, respondia por 38%. Em 1998, os percentuais se teriam invertido: 36% e 44% respectivamente.

O país viu seu parque industrial deteriorar-se e ser dominado por empresas transnacionais que hoje detêm o monopólio de muitos setores fundamentais da economia, enquanto retoma seu papel em geral subalterno de exportador de matérias-primas oriundas do subsolo ou do agronegócio, com baixo ou nenhum valor agregado (SGUISSARDI, 2013, p. 950).

Sguissardi assevera que no campo da educação superior, os indicadores nesse período apontaram para a diminuição do gasto financeiro do Estado, um processo que poupou a majoritária participação estatal de capital aberto e operou na Bolsa de Valores, com o Banco do Brasil e a Petrobrás, de 1995 a 2003, o percentual de recursos de manutenção de meia centena de Ifes em relação ao PIB diminuiu de 0,81% a 0,54% (-33,3%); em relação ao Fundo Público Federal (FPF), de 5,12% a 3,02% (-41%); e em relação aos impostos federais (IF), de 11,2% a 7,3% (-34,8%). Para efeito de comparação, nesse período de 13 anos, o PIB brasileiro cresceu 25%; as despesas correntes do FPF (Fundo Público Federal), 30%; e os impostos federais (IF); 28%.

Em contraponto, ao mesmo tempo em que de 1995 a 2002 (sob o mandato presidencial de FHC) foram criadas 6 novas universidades federais, nos cinco anos do período 1997 a 2002 mais de mil IES privadas sem fins lucrativos obtiveram o estatuto de IES privadas particulares com fins lucrativos: em 2002, elas já somavam 1.125 IES ou 78% de um total de 1.442 IES privadas e 68% do total geral de 1.637. As IES privadas sem fins lucrativos foram reduzidas a 317 e as públicas a 195 IES.

A política de expansão da educação superior está vinculada ao processo de mundialização do capital que afeta a economia no Brasil, sobretudo o campo educacional trazendo com a reforma do Estado profundas transformações, seja na base econômica, seja nas instituições estatais.

A mundialização do capital consumou-se nas últimas três décadas, entendida estritamente como “o quadro político e institucional que permitiu a emersão, sob a égide dos EUA, de um modo de funcionamento específico do capitalismo, predominantemente financeiro e rentista [...]” (CHESNAIS, 1997 *apud* NETTO; BRAZ, 2007, p. 211).

O autor assevera ainda que no quadro da mundialização financeira, as características dessa nova estrutura econômico empresarial tendem a atuar em nível mundial, a exemplo da Laureate, mantenedora da Universidade Anhembí Morumbi e

de uma dezena de outras Instituições de Nível Superior (IES) no país, que, com sede nos EUA, atua em mais de vinte países, com um número superior a centena de Universidades, por outro lado a Kroton, como outras de base nacional, com cerca de um milhão de matrículas, atuando com capital aberto e na Bovespa, com suas ações podendo ser adquiridas por qualquer parte do mundo, sem nenhum obstáculo legal, tende cada vez mais a atuar em nível mundial; estabelecem por meio de fusões, compras, redes, buscam obter vantagens nas suas relações com as outras empresas, organizações e instituições governamentais, tendo sobretudo o capital financeiro a prover diretrizes e o capital monetário a guiar as empresas e instituições em nível global.

Sobre a financeirização, Netto e Braz (2007) afirmam que a mesma acarretou da superacumulação e ainda, da queda das taxas de lucro dos investimentos industriais registrada entre os anos setenta e meados dos anos oitenta, na medida em que o capitalismo é um sistema econômico que prefere não produzir sem lucro, compreende-se que um montante fabuloso de capital disponibilizou-se então sob a forma de capital-dinheiro ou capital monetário, parte desse capital foi investido na produção e, especialmente, no setor de serviços em outros países pelas corporações imperialistas.

O autor continua afirmando que a existência de uma quantia de capital sob a forma de capital dinheiro é indispensável à dinâmica do capitalismo e essa massa é remunerada através dos juros. A medida que o capitalismo se desenvolveu, um segmento de capitalistas passou a viver exclusivamente desse capital que conservaram sob a forma monetária, trata-se da camada de capitalistas rentistas, que não se responsabilizam por investimentos produtivos. O que vem se passando no capitalismo contemporâneo é o fabuloso crescimento em função da superacumulação e da queda da taxas de lucros dessa massa de capital dinheiro que não é investida produtivamente, mas suga seus ganhos (juros) da mais-valia, trata-se de uma situação parasitária.

Na essência do capital financeiro e de sua valorização fictícia, “[o capital financeiro] se apoderou da gestão empresarial, impondo práticas destinadas a aumentar a participação dos ativos financeiros na composição do patrimônio, inflar o valor desses ativos e conferir maior poder aos acionistas” (BELLUZZO, 2014, p. 59 *apud* SGUISSARDI; SILVA JUNIOR, 2009).

Esta estrutura sob a proeminência do setor financeiro, exigirá a reforma do Estado e a constituição de um amplo campo jurídico que irá, gradativamente conformar as mudanças nas políticas sociais, e de modo especial na política de ciência, tecnologia e inovação, e na educação superior, tanto pública quanto privada, sem ou com fins de lucro.

A racionalidade do mercado em nível planetário torna-se núcleo central da política. O capital financeiro é hegemônico e a macro gestão é guiada pelo monetarismo, do que decorre a autonomia dos bancos centrais na grande maioria dos países (SGUISSARDI; SILVA JUNIOR, 2009, p. 32).

Os autores dizem que o “brutal crescimento do capital fictício” que seriam as ações, as obrigações e outros títulos de valor que não possuem valor em si mesmo, representam apenas um título de propriedade, que dá direito a um rendimento. Predominando então a questão financeira que impõe ao Estado a produção de um ordenamento jurídico e de políticas públicas sob a mesma orientação. A predominância financeira nesse novo ciclo de movimentação do capital, exige maior produtividade, novas formas de organização do trabalho, novas formas de gestão, baseadas nos avanços tecnológicos, com maior intensificação e precarização do trabalho humano.

A especificidade da educação superior tomou a forma de um processo educacional voltado para uma formação humana reducionista, predominantemente profissionalizante, realizada por intermédio de uma lógica profissionalizante e privatista ou mercantilizada.

Na reforma do aparelho do Estado para se tornar funcional à natureza do capital com predominância financeira, suas diretrizes básicas foram as de uma concepção que, na forma gerencialista que preconiza também pela eficiência das empresas privadas e do mercado, de acordo com Santos (1998 *apud* SGUISSARDI, 2010), seria a de um “Estado Subsidiário e Controlador”. Dessa forma, o Estado tende a desertar de sua função de provedor de direitos e serviços sociais (saúde, educação, etc.) e a aprofundar seu papel de regulador e controlador no interesse da hegemonia do mercado e da maior integração do país, de modo dependente e subalterno ao mercado mundial (SGUISSARDI, 2010).

Diante desse contexto de mundialização do capital financeiro, que cobra aumento de produtividade, supervaloriza a competição e a rentabilidade empresarial

de bens e serviços, a ciência e a educação superior adquirem um valor cada dia maior como efetiva mercadoria, valorizando as instituições, universidades e institutos de pesquisa, com potencial de produzi-las.

Cada vez mais se verifica, na economia atual, maior predominância dos bens imateriais sobre os materiais e as universidades passam a ser vistas como essa nova empresa produtora, ainda que indireta, de mais valor. Universidade como organização mensurável ou genuína empresa econômica que precisa comprovar sua eficiência e eficácia no mercado (SGUISSARDI, 2013, p. 950 *apud* SGUISSARDI, 2014, p. 98).

Em 2007 a implantação do “Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e expansão das Universidades Federais” (Reuni), também serviu de medida regulatória do sistema, pois, estipulava um prazo de cinco anos, de 2007 a 2012 para a duplicação das matrículas, assim os índices de titulação chegariam a 90% do total dos ingressantes e a relação professor/aluno alcançaria o índice de 1/18 (SGUISSARDI; SILVA JUNIOR, 2009 *apud* SGUISSARDI, 2014, p. 98).

A força econômica do setor financeiro exige maior produtividade, maior intensificação e precarização do trabalho, somadas à pressão popular por qualificação e certificação, mediados pelo Estado, tal força têm levado à processos distintos e complementares na educação superior: a tendência à certificação em massa na graduação e na pós-graduação e a alta qualificação na graduação de algumas carreiras de poucas instituições universitárias, especialmente públicas, e na pós-graduação.

Sguissardi (2014) lembra que tanto a certificação em massa, quanto a alta qualificação, estão se dando cada dia em maior grau com a intensificação e precarização do trabalho do corpo docente, seja na graduação presencial e a distância das quase duas mil IES privado-mercantis; a consolidação do Fies, do Prouni destinados a IES privadas, em especial com fins de lucro; a legislação que não cria nenhum obstáculo à expansão do mercado educacional financeirizado; e, sobretudo, os dados da expansão de instituições por categoria administrativa, mostram que a diretriz predominante no âmbito da atual política de expansão tende a não ser a educação superior pública, mas, na prática, a do “mercado educacional”. Optou-se por programas e ações focais que ignoram as fronteiras entre o público e o privado; mas não apenas entre o público e o privado-mercantil. Estar-se-ia, com

isso, intentando satisfazer um direito fundamental da cidadania, ainda que de proteção mais frágil, como se fora pouco mais que um simples serviço comercial ou mercantil? (SGUISSARDI; SILVA JUNIOR, 2009 *apud* SGUISSARDI, 2014, p. 99).

2.1 As políticas internacionais de ajuste estrutural: implicações para a Educação Superior (papel que é destinado à educação superior e intervenção dos Organismos Internacionais)

No governo Lula, segundo Leher (2003), por meio da reestruturação universitária oriunda a partir de uma aliança constituída pelo Banco Mundial, está sendo colocado um consenso que poderá redefinir profundamente a universidade brasileira e de diversos países latino-americanos, representando a vitória de um projeto combatido por sindicatos, estudantes, reitores, entidades científicas, fóruns de educadores e partidos, no curso da última década: a conexão com o mercado e, mais amplamente, a conversão da educação em um mercado. O autor ainda afirma que não menos relevante, será mais uma oportunidade perdida de reforma verdadeira dessas instituições que, ao longo de sua breve, mas intensa história, ainda não viveram um processo democrático, a partir de seus protagonistas, para afirmá-la como instituição pública, gratuita, autônoma, universal, de socialização e de produção de conhecimento.

Com efeito, após duas décadas de resistências às reformas do Banco Mundial, a realização de seu programa educacional seria uma amarga e profunda derrota para a universidade pública. Conforme descreve o autor supracitado os (neo) crédulos poderiam objetar que o Banco aceitaria uma nova agenda menos deletéria para a universidade, pois a organização criada em *Bretton Woods*⁷, em sua história recente, tem demonstrado maior preocupação social, criando um novo marco, superando, assim, os históricos propósitos neocoloniais do Banco Mundial.

Acerca dos objetivos do Banco Mundial e suas consequências nas nações periféricas Leher (2003) assinala que somente renunciando ao pensamento crítico, é possível abrandar a ação dos organismos internacionais na América Latina, uma

⁷ As Conferências de *Bretton Woods*, ocorridas em julho de 1944 definiram o Sistema *Bretton Woods* de gerenciamento econômico internacional, estabelecendo as regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo.

região levada a exportar capitais para o circuito comandado por *Wall Street* e Washington, em troca de estagnação, miséria e sofrimento de milhões de pessoas.

O objetivo supremo das políticas de ajuste estrutural do Banco Mundial e do FMI segue sendo viabilizar o pagamento dos ignominiosos juros e serviços da dívida, em favor do capital rentista. Ao assinar um acordo com o FMI, o país "flexibiliza" a sua soberania, chegando, até mesmo, a mudar os seus textos constitucionais para atender "as condicionalidades" inscritas nesses acordos, como fizeram a Argentina, o Brasil e o México, tristes exemplos dessa situação. Em continuidade, os acordos reduzem as políticas sociais a ponto de, no limite, restringir os direitos sociais à manutenção vegetativa da vida dos miseráveis (campanhas contra a fome) e, para assegurar a governabilidade, sustentam medidas focalizadas capazes de aliviar a pobreza para assegurar o controle social, atualmente uma das maiores preocupações do Banco Mundial, em virtude da devastação social, e do conseqüente aumento na tensão social, provocado pelas políticas neoliberais (LEHER, 2003).

No plano educacional, é conhecido que as políticas de ajuste estrutural do Banco Mundial contribuíram decisivamente para inviabilizar a educação e em particular as universidades, no caso da América Latina, impediram que os governos mantivessem as universidades entre as prioridades das políticas públicas, contrapondo o direito aos conhecimentos científico, tecnológico e artístico à alfabetização e às primeiras letras, estas últimas tidas apenas como ações focalizadas para os que foram eleitos como os mais pobres. Como desdobramento, o fornecimento privado conheceu um crescimento colossal no Brasil e em toda a região, aprofundando o neocolonialismo (LEHER, 2003).

O abandono da responsabilidade do Estado no fomento à produção de conhecimento estratégico agrava a condição capitalista dependente dos países periféricos. Conforme Leher (2003) de acordo com o relatório anual da UNCTAD (2003)⁸, países como Argentina e Brasil passaram a conhecer um processo de desindustrialização, enquanto outros, como o México, vivem uma industrialização de enclave. É muito importante observar que essa política subalterna é praticada pela coalizão de classes dominantes locais, dirigidas em conformidade com os centros

⁸ Esta sigla refere-se ao *Relatório Mundial de Investimento das Nações Unidas sobre Políticas e perspectivas para o Desenvolvimento: Nacional e Internacional* publicado em Nova York e Genebra no ano de 2003.

hegemônicos do capital.

Nessa direção Leher (2003) acrescenta que o recente "pacote" que vem sendo operacionalizado entre o Banco e o governo brasileiro tem como condicionalidade o fim da gratuidade do ensino superior. O grande entusiasmo pelo fim da gratuidade pode ser encontrado na área econômica, visto a sua ortodoxia neoliberal, como fica evidente nos documentos do Ministério da Fazenda e, em particular, no documento "Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002" que, em conformidade com o teórico da direita da Escola de Chicago, Gary Becker, postula que o ensino superior gratuito é o principal obstáculo à concretização da justiça social no país, recomendando empréstimos aos estudantes para que estudem nas escolas privadas, uma opção mais econômica segundo o documento.

O autor salienta que estes objetivos elencados pelo Banco Mundial tem deixado consequências na educação Brasileira. Sobre esse aspecto é importante analisar as seguintes situações propostas pelos governos. No que ainda resta do setor público, o então Chefe da Casa Civil, no período de 2003 a 2005, José Dirceu, sugeriu que as instituições teriam de se ajustar ao mercado, como previsto na Lei de Inovação Tecnológica, originalmente proposta pelo governo Fernando Henrique Cardoso (PL 7282/2002).

Sobretudo, a manutenção do superávit primário de 4,25% do PIB até o final do mandato impossibilita a expansão do fornecimento público e, pior, até mesmo a manutenção das instituições existentes. Por isso, o mercado é tido como a "tábua de salvação" das promessas de campanha, concorrendo, para a perseguida governabilidade da ordem existente. Com a reforma, dois problemas que afetam a governabilidade poderiam ser operados: a despolitização do desemprego (reconfigurado como um problema de qualificação), ocultando o debate sobre o modelo econômico adotado por Lula da Silva, e a desestruturação dos principais locais em que o pensamento crítico sistemático vem sendo produzido. Por isso, são compreensíveis as ameaças do Chefe da Casa Civil: como a reforma não objetiva o fortalecimento da universidade pública, gratuita, autônoma e capaz de produzir livremente conhecimento, José Dirceu adiantou, antes mesmo de submeter suas propostas ao debate, o método obscurantista para a sua aprovação: "o pau vai comer", disse o Ministro (LEHER, 2003).

A reforma, encaminhada, indica que a coalizão governamental redefine as

universidades em organizações sociais competitivas e inseridas no mercado, concluindo o Plano Diretor da Reforma do Estado, encaminhado por FHC. Mais do que por uma razão econômica concreta, visto que o mercado capitalista dependente não requer a produção de conhecimento novo, a expansão virtual e a vinculação estreita universidade-empresa atendem a imperativos políticos no complexo terreno das ideologias. Em um contexto de terrível desemprego, principalmente entre jovens, e de impossibilidade nos marcos da política macroeconômica com foco na inflação de políticas que permitam a reversão desse quadro, a transformação das instituições de ensino em depositárias das “esperanças” de inserção social de vastos setores da juventude é e tem sido largamente utilizada pelos governos neoliberais como um importante instrumento de governabilidade (LEHER, 2003).

Para o autor acima mencionado um governo aliado ao setor privatista mostra-se um importante parceiro para o Banco Mundial no desmonte da nacionalização e sucateamento da universidade pública. Leher (2003) alude ao fato de que o processo de contra-reforma universitária faz parte do movimento maior de mudanças na estrutura de Estado.

O objetivo central da contra-reforma é extinguir a fronteira entre o que é público e o privado, pois, um sistema de avaliação classificará as instituições que têm "interesse social", das instituições públicas não estatais. Elas farão jus à verba pública independente do adjetivo anterior, isto é, se pública ou privada. Essa é a lógica da compra de vagas, tanto que ela é conceituada como uma compra de vagas públicas. Neste caso Leher (2003) aponta como exemplo: as vagas da Gama Filho, da Estácio e da Univercidade (Universidades Privadas do Rio de Janeiro) que se convertem misteriosamente em vagas públicas. Com essa situação as públicas ficariam em "maus lençóis", sendo obrigadas a competir de acordo com a lógica do mercado, o que resultaria na perda da qualidade que ainda resta nas universidades federais e estaduais.

De igual forma, cabe ainda ressaltar segundo Leher (2003) que, o investimento em pesquisa ficará atrelado ao que sugere o mercado financeiro. Pois, de acordo com esse pressuposto, as universidades que produzem pesquisa de fato não realizarão pesquisa e sim, o que tem sido chamado de “inovação tecnológica” ou pesquisa de desenvolvimento o que necessariamente não implica em uma produção de conhecimento relevante.

Como exemplo pode-se perceber que os órgãos de fomento à pesquisa como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) já estão adaptando-se conforme as orientações do mercado, devido à pressão para a apresentação de pesquisas que demonstrem resultados palpáveis e imediatos (LEHER, 2003).

Leher (2003) cita mais alguns exemplos presentes no processo de mercantilização das universidades públicas, como a proliferação de cursos pagos e fundações, visto que na Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, 37 fundações privadas movimentam algo em torno de R\$ 250 milhões. Aproximadamente 80 milhões ficam na universidade, mas não se sabe exatamente quanto dinheiro está circulando, porque aquilo tem uma lógica privada.

Para Sader (2003) a partir dos anos 2000, o pólo oposto ao estatal, nesse esquema mercadológico, é a negação da cidadania, é o reino do mercado, aquele que, negando os direitos, nega a cidadania e o indivíduo como sujeito de direitos. A polarização essencial não se dá entre o estatal e o privado, mas entre o público e o mercantil. Dentro do próprio Estado desenvolve-se o conflito e a luta entre os que defendem os interesses públicos e os mercantis.

Em relação à política nacional de acesso a educação superior Sguissardi (2013) assevera que no âmbito desse Estado semi-público e semiprivado-mercantil, ocorre a condensação material de uma correlação de forças de interesses conflitantes ou campo estratégico atravessado pelas lutas e resistências operárias e populares, que precisam situar-se as políticas sociais⁹ e, no caso, a de expansão da educação superior.

Sguissardi (2013) aponta ainda que nenhuma política de Estado, como por exemplo, a da expansão da Educação Superior, explica-se por si mesma, isto é, sem que se identifique a natureza do próprio Estado e dos processos socioeconômicos aos quais se vincula; processos que, em última instância, condicionam e/ou

⁹ Para Poulantzas, o Estado é um campo estratégico atravessado pelas lutas e resistências operárias e populares que estão nele inscritas, ainda que de maneira deformada, e que abrem caminho sempre sob a lápide do silêncio que o Estado abate sobre a memória operária. O Estado nacional, como objetivo das lutas operárias, é também reapropriação pela classe operária de sua própria história (POULANTZAS, 1978, p. 142 *apud* SGUISSARDI, 2014).

determinam, de modo direto ou indireto, a natureza das políticas e ações estatais tanto no polo econômico quanto no polo social. Constata-se então que o papel do Estado contribui na condensação material de uma correlação de forças de interesses opostos, públicos e privado-mercantis como agente imediato e efetivo da política de expansão da ES.

Em relação à questão da autonomia das universidades que também faz parte das discussões sobre a Reforma, Leher (2003) adverte para o tipo de autonomia pretendida, pois, a Constituição diz é que a universidade pública sobretudo como instituição autônoma, pode gerir livremente os seus recursos. Mas o artigo 211 exige que o Estado a mantenha. O que o governo está propondo é que ela deve ter autonomia financeira. Ora, uma coisa é ter autonomia de gestão financeira, para operar, utilizar o dinheiro; outra é a autonomia financeira, o que significa dizer que ela está se auto-sustentando.

O autor anteriormente mencionado assevera a importância do apoio de outros movimentos sociais, mas critica forças desmobilizadoras entre os trabalhadores, já que se fazer frente a essa política (que tem muito apelo popular, porque aparentemente estaria democratizando vagas) em razão disso precisaremos de uma densidade maior dentro da universidade para fazer manifestações públicas com visibilidade. Devemos, então, nos unir a outras lutas que têm o mesmo objetivo profundo: combater a política de submissão ao imperialismo.

Sobretudo, Leher (2003) faz alguns questionamentos: além de uma mobilização pungente, o que mais se faz necessário para salvarmos a universidade pública? Se essa contra-reforma que o governo propõe é vergonhosa, qual reforma seria ideal? Talvez, uma reforma no sentido mais profundo, que pudesse promover descontinuidade em termos históricos, uma mudança revolucionária da universidade, infelizmente é algo que não se vislumbra em um cenário próximo. Por ora o que temos no momento, são condições de forçar reformas que sejam bases para fortalecer o pólo crítico da sociedade. E isso perpassa primeiro por arrancar verbas do Estado para fortalecer a universidade pública no sentido da ampliação. A bandeira da ampliação é forte. A sociedade brasileira quer mais vagas na pública (LEHER, 2003).

O autor ainda faz uma análise sobre a política de cotas por etnias, clamando por um corte de classes, pois:

Democratizar as formas de ingresso é fundamental. O debate sobre cotas tem atrapalhado uma solução interessante, ainda que tenha o mérito de levantar o problema de acesso. É certo que só a ampliação do número de vagas nas públicas não assegura, a priori, que os setores estruturalmente excluídos no mundo do trabalho vão ter um acesso melhor. É preciso dispor de políticas públicas direcionadas. Não fazendo cortes de uma suposta etnia, mas de classe social (LEHER, 2003, s/p).

Quanto à participação dos estudantes na gestão das universidades, o autor é taxativo: "Acho que os estudantes devem ter seu poder dentro da universidade. Deve ser um governo compartilhado" (LEHER, 2003, s/p), Mas o ponto fundamental a caminho de uma universidade diferente, segundo Leher (2003), refere-se a mudanças na maneira de pensar, uma implosão dos consensos em torno do modo de produção capitalista: "Temos tradição que vem do colonialismo e que implementou uma mentalidade colonizada. Isso tem de ser muito questionado porque legitima o liberalismo, o modo de produção capitalista como a única maneira de existência humana" (LEHER, 2003, s/p). E ainda acrescenta, "a crítica à colonialidade do saber me parece algo imprescindível. Não uma revisão curricular feita por sábios, mas uma nova episteme, uma nova maneira de pensar a produção do conhecimento" (LEHER, 2003, s/p).

Já para Reis (2015) ao se eleger, o presidente Lula suscitou novas esperanças e probabilidades, para a classe trabalhadora em seus movimentos e entidades que vislumbravam uma mudança de estilo de governo, oposta à Fernando Henrique que seguindo normas de órgãos internacionais, principalmente FMI e Banco Mundial, deu preferência a pagar juros e amortizações da dívida pública em lugar de investir em políticas sociais asseguradas pela Constituição Federal de 1988. Gerava-se a expectativa de que o governo Lula revertisse a política econômica adotada pelo governo anterior, ou seja, priorizando e favorecendo os direitos sociais, conforme o que preconiza a Constituição Cidadã em seu artigo 6º, o qual diz que: "São direitos sociais, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição" (BRASIL, 2014a).

Ainda conforme Reis (2015) muitos acreditavam que a lei se transformasse

em realidade e que finalmente educação e saúde fossem direito de todos e dever do Estado. No entanto, em breve a frustração eliminou as expectativas, pois Lula continuou em várias áreas as políticas do governo anterior, exemplificada pela manutenção da macroeconomia, “A política macroeconômica do Lula (e Dilma) é a mesma de Fernando Henrique” (CANO, 2014, p. 26 *apud* REIS, 2015, p. 137).

O referido autor segue afirmando que tal política tem como objetivo a estabilidade fiscal, gerando superávit com pagamento da dívida pública em honra a compromissos com credores adiando o cumprimento da Constituição Federal de 1988. Seguindo FHC, Lula fez adesão aos órgãos internacionais essencialmente o FMI e BM. Conforme Reis (2015) a Revista *Oficina de Informações*, relata detalhadamente a proximidade entre Lula e Banco Mundial, mencionando que houve encontro entre eles antes da posse do presidente brasileiro. Nesse momento o presidente do BM, James Wolffenshon teria mostrado, segundo a Revista, afeição pelos governos de FHC e Lula, oferecendo apoio, defendendo a reforma previdenciária, tributação e setor de desenvolvimento humano.

Reis (2015) aponta ainda de acordo com a revista supramencionada que posterior às eleições ambos se reencontraram na Granja do Torto para seminário oferecido pelo BM, em que apresentaram mudanças por meio de dois documentos. No primeiro intitulado, *Estratégia de Assistência ao País*, o BM mantém a concessão de empréstimos, afirmando que o Brasil não cresceria sem políticas de ajuste fiscal, austeridade monetária, modernização produtiva. Aumentando gastos e dívida pública, para a elevação da qualidade de gastos públicos, programas eficientes do governo com restrição fiscal esperada. O outro documento estimulava um Brasil competitivo, justo e sustentável, que mantenha o ajuste fiscal e reduza a dívida pública, sem aumentar aplicações na área social, melhorar a distribuição de fundos.

Segundo Reis (2015) em abril de 2003 o Ministério da Fazenda publicou o documento “Política Econômica e reformas estruturais”, apresentando prioridades do governo. Constavam nesse documento, comprometimento com ajuste sustentável das contas públicas e realização de reformas retomando investimento do governo na infraestrutura e expansão dos gastos sociais, não especificando que gastos seriam. O presidente do Brasil, na época, afirmava compromisso em tornar melhor o ajuste fiscal, garantindo rentabilidade de capital financeiro, chamado ajuste de contas públicas. As reformas: previdenciária, tributária, mercado de crédito e monetária,

segundo o Ministério da Fazenda estavam vinculadas ao projeto governamental de Lula, formulado pelos documentos, “Carta ao Povo Brasileiro” e “Programa de governo”.

O argumento do Ministério da Fazenda era a necessidade de reforma previdenciária como garantia do direito à aposentadoria, até como forma de realização de justiça social. De outro lado o presidente Lula se comprometia reformando previdência da área pública, criando fundos (de pensão) complementares (privados), criou outro setor da economia, para ação do capitalismo especulativo de espólio. Continuava o Ministério da Fazenda na intenção pelas reformas sociais, chegar à correção de distorções relacionadas aos tributos, também tornando os programas mais eficazes, uma vez que o que se arrecadava e transferia através de políticas sociais teria menos peso ao distribuir renda. Para o referido ministério, a classe mais abastada recebia maior benefício dos recursos públicos a pobreza foi eleita como problema a se enfrentar, o que não fazia parte dessa exploração da economia, uma sociedade de pobres e não pobres. Contudo diante dessa situação cabe considerar que este aspecto, isto é a noção de pobreza veiculada pelo documento do MF:

[...] apartou, radicalmente a “exclusão social” (a pobreza) do ‘mundo do trabalho’ (o emprego e a produção), considerando-a, implicitamente, um fenômeno exógeno ao novo padrão de acumulação capitalista. Em consequência a pobreza passou a ser tratada de forma pontual, como resultado, fundamentalmente, de atributos, individuais ou familiares (idade e escolaridade entre outros). Nessa perspectiva, a dinâmica econômica-social geradora e reprodutora da pobreza – associada à concentração da propriedade, às formas de exploração do trabalho, às características regressivas do sistema tributário e ao modo de atuação do estado – desaparece completamente (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 1 *apud* REIS, 2015, p. 144, grifo do autor).

O Ministério da Fazenda ao tratar a pobreza como resultado de atribuições pessoais, separada do processo da exploração do capital sobre o trabalho, defendia que seria possível superar através de ações pontuais, não questionando a maneira de produzir da vida social, “... que produz e reproduz simultaneamente a pobreza e a riqueza” (REIS, 2015, p. 144).

Para o autor supramencionado, anterior à posse, o governo ao contrário dos princípios propalados pelo seu partido político, o Partido dos Trabalhadores (PT)

agiu como se substituísse capital e trabalho pela busca de coalizão em vários sentidos suprapartidários. O governo de Lula também não demonstrou interesse de defender auditoria da dívida pública, por considerar contratos e compromissos assumidos pelo Brasil. Assim antes de tomar posse, a questão eleitoral foi mais importante do que obrigações históricas incluídas na resolução do Partido dos Trabalhadores.

Afirma ainda Reis (2015) que segundo o Ministério da Fazenda, despesas como saúde básica, educação fundamental e média, programas de renda mínima, mesmo com crescimento tinha uma reduzida participação orçamentária no governo. Sobretudo, 70% das despesas diretas do Governo Central se referiam à educação e cultura eram destinadas ao nível superior. Tal situação levou “[...] a canalização de grande parte do orçamento da educação para o financiamento das instituições federais de ensino superior reduzindo o montante de recursos disponíveis para os demais estágios da educação” (BRASIL, 2003, p. 52 *apud* REIS, 2015, p. 145). Para o Ministério da Fazenda, os gastos deveriam ser direcionados para a educação fundamental e média com vistas a beneficiar e aumentar o acesso da população menos favorecida, sob um discurso de que assim se promoveria justiça e estabilidade social, pois com a educação sendo alavancada levaria ao crescimento da economia e conseqüentemente à diminuição da pobreza e das desigualdades sociais. Para complementar conforme Filgueiras e Gonçalves (2007 *apud* REIS, 2015), para o BM que defendia a focalização de políticas sociais existe um círculo vicioso relacionado à pobreza e crescimento econômico que necessita ser superado.

As autoridades econômicas respaldadas nas orientações do BM separam a pobreza do modelo econômico utilizado no Brasil, culpabilizando os pobres por sua situação de pobreza, sobretudo responsabilizando-os por sua situação, a qual apenas poderia ser superada por meio do crescimento econômico (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007 *apud* REIS, 2015).

Reis (2015) segue relatando que, o Ministério da Fazenda foi orientado a alargar gastos em assistência social, sendo mais focalizados, o que seria capaz de reduzir a pobreza, pois essa efetividade vê-se pela capacidade de transformação do número de pobres em um país, dependendo de três aspectos: eficiência, eficácia e focalização (BRASIL, 2003, p. 50 *apud* REIS, 2015, p. 148), o Ministério da Fazenda se preocupa em mudar o gasto social enfrentando como problema não a quantidade

de recursos, mas sim a falta de focalizá-los na população mais necessitada sem muitas esperanças à ampliação de recursos para o conjunto das políticas sociais, estipuladas na Constituição Federal de 1988, como dever do Estado e direito de todos de modo geral, sobretudo reforçando o discurso que as universidades públicas beneficiam os mais favorecidos. Formulava-se nesse momento a política econômica centrada na educação básica e na focalização, muito descrita em documentos do BM nos anos de 1980 e 1990 com o objetivo de reformar os sistemas educativos em países em processo de desenvolvimento. Tentando estruturação e legitimação social em sua política o Ministério da Fazenda colocava que 46% de verbas do Governo Central para instituições de ensino superior traziam benefícios somente para pessoas classificadas nos 10% enriquecidos da população, e o Ministério apoiava a agilização do ingresso dos menos favorecidos na educação superior, expandindo financiamentos aos estudantes com pouca renda, a partir de taxas subsidiadas (REIS, 2015).

Os empréstimos subsidiados aos alunos pobres para educação superior privada foi a prática do Governo de Fernando Henrique Cardoso, um exemplo, o FIES – criado por Medida Provisória, nº 1.827, de 27 de maio de 1999, oficializado pela Lei nº 10.260, de 26 de julho de 2001 (QUEIROZ, 2014 *apud* REIS, 2015, p. 152). O Fies surgiu em substituição ao PCE (Programa Crédito Educativo) de 1975, do Governo Geisel, com reformulação em 1992 com Collor, se denominando Programa Crédito Educativo para Estudantes Carentes (CREDUC). Iniciou o Fies financiando 70% do valor pago às instituições de educação superior nos cursos de graduação, em seguida 100% de cobertura pelo governo Lula e com extensão ao mestrado e doutorado. A partir de 2010 pela Lei Federal nº 12.202, o Fies beneficiou os alunos da educação profissional técnica de nível médio e em 2011 através da Lei nº 12.513 foi denominado Fundo de Financiamento Estudantil, pois estava financiando estudantes de cursos profissionais e tecnólogos desde 2010, além da educação superior.

O Ministério da Fazenda continuava defendendo que verbas sociais deveriam priorizar os pobres, diminuir privilégios de ingressos aos ricos e para isso era necessário expropriar direitos exemplificados pelos servidores públicos e estudantes universitários federais denominados “ricos” e “privilegiados” (REIS, 2015).

Para o MF a possibilidade de o poder público ampliar os recursos destinados

aos brasileiros mais pobres e de fornecer uma verdadeira rede de proteção social, capaz de amparar a população mais vulnerável, depende de forma decisiva da realização de reformas estruturais que reduzam os privilégios concedidos pelo atual sistema – tanto por meio de gastos diretos quanto através de renúncias fiscais – a grupos de renda mais alta, em outras palavras, para continuar honrando o pagamento da dívida, o compromisso com o setor financeiro o governo Lula abdicou da defesa das políticas sociais de caráter universal e passou a defender a adoção de políticas sociais focalizadas como forma de reduzir os gastos sociais e privilegiar o direcionamento dos recursos da união para garantir a rentabilidade do capital financeiro (BRASIL, 2003b, p. 3 *apud* REIS, 2015, p. 153).

2.2 A ênfase da mercantilização na Educação Superior

Conforme Queiroz (2014), o Prouni e Fies tiveram seu início através das políticas do Banco Mundial para com a Educação Superior, em países da América Latina, buscando reestruturação dessa etapa de ensino, nos quais a crise capitalista, econômica se acentua e acompanhando o novo modelo de ensino superior no século XXI. O Brasil entrou no “rol” dos necessitados de nova fórmula no ensino privado, para facilitar o ingresso aos cursos em faculdades e universidades. O Banco Mundial formulou a partir do ano de 1990 uma política especial para a Educação Superior na América Latina, com diretrizes para inovação do Estado e educação superior, um projeto de sociabilidade, trazendo alguns eixos importantes para essa realização num prazo estipulado mais precisamente entre 2003 e 2013.

Contudo, é válido contextualizar que a inserção do país, no referido projeto de sociabilidade, não se deu de forma tão direta, mas esteve voltada para um conjunto de ações configuradas no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), visto que neste momento o Plano Nacional de Educação (PNE) foi relegado a um segundo plano.

No ano de 1990 já se instituíram mudanças, de acordo com o neoliberalismo, realizando reestruturações na política educacional especificamente no ensino superior. Queiroz (2014) traz em seus escritos a observação feita por Lima (2005) expressando que tais medidas são baseadas na educação escolar de organismos

internacionais, as quais entendem a educação escolar como “alívio à pobreza” em países de periferia. Sobretudo, é política internacional de segurança ao capital, com próspero investimento do capital em crise que expande e difunde a concepção burguesa. Ugá (2003 *apud* QUEIROZ, 2014) aponta que a partir dos anos de 1990 em diante se conceitua “pobreza” como prioridade em relatórios dos organismos internacionais, e em especial para o Banco Mundial, conceito por ele inserido em suas reformulações. Utilizando-se do ideal neoliberal e caracterizando políticas centralizadas, o BM define política social como parte do mercado gerando mercantilização em diversas áreas sociais, principalmente a educação, tal política se encaminha para os objetivos do mercado de capital nacional e estrangeiro.

Desde 1990 as políticas educacionais visam expandir o ensino privado e privatizar o ensino público. Sobre isso Leher (1998 *apud* QUEIROZ, 2014) aponta que em se tratando do ensino superior o BM fará concentração priorizando o financiamento mais equitativo com justiça nesse nível do ensino, lançando debate sobre a privatização das universidades. Nos anos de 1990 o BM prioriza suas ações na institucionalização e no financiamento da educação.

Assim, essa política educacional na educação superior, configura-se como um meio fundamental de ampliar a área de exploração lucrativa do capital em situação de crise e de estender o projeto de sociabilidade burguesa. Essa reforma de cunho político e econômico, se refere à evidência obtida pela educação escolar na “Conferência Mundial de Educação para Todos”, realizada na Tailândia no mês de março de 1990, com organização dos organismos internacionais incluindo BM, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo da Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Para Neves (2004 *apud* QUEIROZ, 2014) a contrarreforma do Estado se insere nesse encontro de acontecimentos participando de ações de capital objetivando formar um “novo” Estado, na função de providenciar políticas e serviços sociais, buscando amenizar a pobreza e propagar um projeto de sociabilidade inserido no capital, formando outra ordem do estado capitalista em épocas neoliberais. O processo de privatização deve acontecer primeiro alargando o setor privado, aumentando vagas e ou matrículas, seguindo pela privatização interna das Instituições de Ensino Superior públicas.

O Banco Mundial também chama atenção para a variação das instituições de educação superior e cursos (ciclos básicos, curta duração e outros), como exemplo os centros universitários no Brasil, que sustentam o discurso de que podem desenvolver e dar melhor qualidade a esse nível de ensino. Observa-se conforme o BM que houve e há o surgimento de diversos modos de instituições de nível não superior em diferentes países, como ponto positivo diminuindo custos dos programas, resultando em cursos de curta duração, com menor evasão e custando menos por estudante (BM, 1994, p. 34, *apud* QUEIROZ, 2014).

[...] a diversificação do sistema é vigorosamente defendida, pois, em geral, vem acompanhada de novos provedores e, não menos importante, permite a adequação do ensino superior ao mercado e a segmentos sociais, universidades com núcleos de excelência para formar as classes superiores e prestar serviços tecnológicos e políticos ao mercado; universidades de ensino, para formar profissionais liberais e técnicos, basicamente provenientes das classes médias; centros universitários e faculdades das classes média-baixa e média; e escolas profissionalizantes para egressos do ensino médio e fundamental vindo das classes subalternas [...] (LEHER, 2003, p. 12 *apud* QUEIROZ, 2014).

Nessa realidade, criar instituições diversificadas na área de educação superior não se realiza na questão qualitativa, no atendimento às necessidades dos trabalhadores e de seus filhos em países periféricos. Conforme o BM as universidades auxiliam na satisfação da grande demanda para se chegar ao ensino de nível superior principalmente por parte dos estudantes menos favorecidos. Caracterizando-se assim a ampliação do ingresso dessa classe ao ensino superior, no entanto, esse ingresso anda ao lado da desqualificação da formação acadêmica profissional, de maneira a levar os estudantes a não participarem de atividades como pesquisa e extensão como as presentes nas universidades.

Em relação ao ensino à distância Lima chama a atenção para o fato de que um dos meios de acesso apontado pelo Banco Mundial sinaliza para a diversificação das instituições de nível superior, frisando que esse modelo de ensino pode ser de grande valia e favorecer a classe que mais necessita. Esses cursos são de menor valor que os universitários, até por terem um volume maior de alunos por professor, há declaração que a utilização das TIC's, constroem-se como preferenciais planos no empresariado da educação superior, tanto pela expansão em número de cursos

privados como pela imposição de um raciocínio profissional, numa política de menor tempo de cursos e fragilização de trabalho docente (LIMA, 2006 *apud* QUEIROZ, 2014).

O Brasil participa das políticas do Banco Mundial, dando reforço ao empresariado, à privatização e mercantilização da educação superior no país, como poderá ser verificado nas tabelas que serão posteriormente apresentadas, as quais indicam a elevação das matrículas em cursos de graduação à distância principalmente nas IES privadas. Com ressalva de que essa expansão nesse modelo de ensino se relaciona ao estímulo do governo pela liberação dos financiamentos públicos às instituições privadas, com inclusão do Prouni.

Entende-se conforme o Banco Mundial que a mercantilização da educação passa a concebê-la como um serviço a ser adquirido e não como um direito a ser garantido pelo poder público. Sobretudo o BM ainda sugere que as instituições privadas constituem um elemento importante de alguns dos sistemas de ensino superior mais eficazes que existem atualmente nos países em desenvolvimento.

Os governos podem fomentar o desenvolvimento do ensino superior privado para complementar as instituições estatais como meio de controlar os custos do aumento de matrícula nesse nível, incrementar a diversidade dos programas de capacitação e ampliar a participação social deste setor (BM, 1994 *apud* QUEIROZ, 2014).

A natureza da exposição dessa ideia é a supervisão privada ligada a disponibilidade de recursos públicos diretos e indiretos, para o financiamento das Instituições de ensino superior no setor privado, como se concretiza na educação superior do Brasil, pelo Fies, Prouni. Inclui-se o não aumentar gastos públicos nas instituições de ensino superior públicas, dando preferência a pagar a dívida pública.

Sobre a dívida pública Reis (2015) assevera que:

[...] no período 2003 a 2014, os governos Lula e Dilma destinaram cumulativamente, por meio do orçamento da União, R\$ 11,029 trilhões para a dívida pública (juros, amortizações e refinanciamento) o que representou 49,70% do total das despesas da União em todas as áreas de atuação governamental (R\$ 22,193 trilhões). O montante de recursos destinado à dívida pública representou 20,34 vezes mais que os recursos destinados para a Educação (R\$ 542,331 bilhões), 13,47 vezes mais que os recursos destinados à Saúde (R\$ 819,010 bilhões) e 20,82 vezes mais que os recursos destinados à

Assistência Social (529,722 bilhões). Se considerarmos apenas as despesas com juros e amortizações (R\$ 4,614 trilhões) foram destinados 20,79% das despesas totais da União (REIS, 2015, p. 161).

Os dados acima evidenciam a participação dos governos brasileiros nas políticas do BM atendendo objetivos da burguesia local e estrangeira, focando no empresariamento do ensino superior da periferia do capital, distribuindo recursos públicos que seriam especificamente para as IES públicas, que são compartilhadas com as instituições privadas.

Sendo assim, pelos autores estudados compreendemos que a política educacional na educação superior nesses países está inserida, num desenvolver do empresariamento, privatização e mercadorização dessa área de ensino, somando ao crescimento do investimento na área privada, regulamentando e garantindo avanço no número de vagas e/ou matrículas nos estabelecimentos privados.

Siqueira (2004 *apud* QUEIROZ, 2014) aponta que para ser eficiente internamente, além de outros mecanismos cria-se um meio de avaliar ou medir concentrado em critérios de produtividade, que se abrem para comparar e ranquear, subsidiando a partilha de auxílios para instituições e prestadores de serviços, como pagamento conforme o desempenho e avaliação dos estudantes através de prova de final de curso.

Ainda segundo Queiroz (2014), relatando escritos do Banco Mundial de 1997, a partir da metade dos anos de 1990, formalizou-se um consenso referente à distância existente entre estado e povo, em defesa de que a eficiência do Estado é superior ao escutar ideias do setor empresarial e cidadania em geral, pois promove compartilhamento dos dois grupos em determinar e ampliar políticas.

Na análise de Antunes (1999 *apud* QUEIROZ, 2014) os comentários negativos do BM com relação à distância entre estado e o povo, mostram ação não continuada para com a fase clássica do neoliberalismo, se direcionam para ideais de intelectuais burgueses, afirmando o projeto neoliberal como radical.

Como resposta, o BM preparou em 1997, um relatório relacionado ao desenvolvimento mundial intitulado de “O Estado num mundo em transformação”, colocando o aparelho estatal como essencial nesse processo de desenvolvimento das áreas sociais e econômicas.

Dreifuss (1996 *apud* NETTO; BRAZ, 2007) aponta que o modo de produção capitalista, concretamente mantém o Estado mínimo na área do trabalho e dos setores sociais, enquanto que intervém de maneira mais contundente na área econômica. Esses autores afirmam ainda que as demandas do Estado estão relacionadas às necessidades do mercado, como exemplo, na área da pesquisa e investigação (relacionados à indústria bélica), nos anos 90, os EUA tiveram mais de 80% das pesquisas na engenharia elétrica, 70% em metalurgia e materiais e 55% em ciência da computação, franqueados por programas de pesquisa militar utilizados pelo governo.

Acerca disso cabe ainda destacar que:

[...] os Estados devem voltar sua ação para a implementação e adaptação de instituições que estimulem um melhor desempenho dos mercados. Assim o estado deve, por um lado, facilitar e garantir o bom funcionamento dos mercados: seu papel seria delineado pela necessidade de construir-se novas instituições, modificar as existentes e eliminar as que não servem mais para tal objetivo [...] (UGÁ, 2004, p. 67).

De acordo com Queiroz (2014) o Banco Mundial em relatório de 1997 e documento de 1994 questiona o financiamento da educação superior pública de países periféricos do capital, relatando ocasiões em que governos direcionam mais investimento em educação superior para estudantes de classe alta e média, no lugar da educação básica para maior parte da população, podendo oferecer bolsas para os mais necessitados no ensino superior em instituições privadas. O Banco também mostra que é preciso “Reforma” do Estado em países de periferia, buscando a difusão de projeto de sociabilidade da burguesia, que acontece pela utilização do bem público, como base política com o objetivo de tornar legítimo o processo de privatizar largamente serviços públicos.

Queiroz (2014) afirma que o BM propõe que a privatização com boa administração traz lucrativos benefícios econômicos e fiscais. Para a autora isso significa que sendo tal banco organismo internacional do capital, este busca o atendimento das demandas do capitalismo. O principal foco do relatório de 1997 é defender o realinhamento da ação do Estado nas periferias do capital, em que existe grande privatização de serviços públicos, incluídos à política da educação, precisamente a de nível superior, com aprofundamento em fins dos anos 1990.

Especialmente no Brasil há eixos alinhadores do Banco Mundial com consolidação no governo de Fernando Henrique Cardoso, que trouxe como preocupação uma adequação aos princípios Consensuais de Washington¹⁰ nesse país, continuando com reformulações por recomendação e coordenação de organismos internacionais,

¹⁰ O “Consenso de Washington” foi a forma como ficou popularmente reconhecido um encontro ocorrido em 1989, na capital dos Estados Unidos. Nesse encontro, realizou-se uma série de recomendações visando ao desenvolvimento e à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina. Essa reunião foi convocada pelo *Institute for International Economics*, sob o nome de “*Latin American Adjustment: How Much has Happened?*”, e envolveu instituições e economistas de perfil neoliberal, além de alguns pensadores e administradores de países latino-americanos. Em linhas gerais, não foi preconizada nenhuma medida “inédita” durante o Consenso de Washington, que recebeu esse nome do economista John Williamson em função de sua ampla aceitação pelos países da América Latina, exceto, até então, Brasil e Peru. As ideias desse encontro – tidas como um “receituário”, e não como uma imposição – já eram proclamadas pelos governos dos países desenvolvidos, principalmente EUA e Reino Unido, desde as décadas de 1970 e 1980, quando o Neoliberalismo começou a avançar pelo mundo. Além disso, instituições como o FMI e o Banco Mundial já colocavam a cartilha neoliberal como pré-requisito necessário para a concessão de novos empréstimos e cooperação econômica. O objetivo dos pontos dessa reunião, segundo o próprio John Williamson, era o de “acelerar o desenvolvimento sem piorar a distribuição de renda”. Dessa forma, as recomendações apresentadas giraram em torno de três ideias principais: abertura econômica e comercial, aplicação da economia de mercado e controle fiscal macroeconômico. Dentre as premissas básicas colocadas no Consenso de Washington, podemos destacar: a) Disciplina fiscal, em que o Estado deveria cortar gastos e eliminar ou diminuir as suas dívidas, reduzindo custos e funcionários. b) Reforma fiscal e tributária, em que o governo deveria reformular seus sistemas de arrecadação de impostos a fim de que as empresas pagassem menos tributos. c) Privatização de empresas estatais, tanto em áreas comerciais quanto nas áreas de infraestrutura, para garantir o predomínio da iniciativa privada em todos os setores. d) Abertura comercial e econômica dos países, diminuindo o protecionismo e proporcionando uma maior abertura das economias para o investimento estrangeiro. e) Desregulamentação progressiva do controle econômico e das leis trabalhistas. Apesar de o Brasil ter sido um dos poucos países que não aceitaram de imediato essas medidas, foi um dos que mais rapidamente as aplicou, em um processo que conheceu o seu ápice ao longo da década de 1990. A principal ação do governo brasileiro nesse sentido foi a implantação da política de privatizações, em que empresas estatais dos ramos de energia, telecomunicações, da mineração e outros foram transferidas para a iniciativa privada. O Consenso de Washington tornou-se, dessa forma, um “receituário” para a execução das premissas neoliberais em toda a região latino-americana, que acatou as suas ideias principalmente pela pressão e influência exercidas pelo governo dos Estados Unidos e por instituições como o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD). Grupos e movimentos de esquerda e estatistas direcionam frequentes críticas ao consenso, sobretudo por considerarem que as suas ideias teriam sido direcionadas para atender aos interesses norte-americanos em toda América Latina, além de beneficiar as elites locais, favorecendo a concentração de renda nos países da região. Em oposição, esses grupos apontam que a solução para os países do sul seria adotar uma política inversa à preconizada em Washington, com uma maior intervenção do Estado na economia, além da ampliação e fortalecimento das leis trabalhistas.

Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm>>. Acesso em: jun. 2016.

concretizada com a “Reforma” do Estado de Luiz Carlos Bresser Pereira, agrupado em documento do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do estado em 1995, atingindo as políticas sociais conquistadas pelos trabalhadores.

Cabe retomar que no governo de Fernando Henrique o papel do Estado, enquanto produtor de bens e prestador de serviços foi reduzido devido a crise fiscal e à ineficiência da administração pública burocrática. Em contrapartida, porém, as organizações públicas não-estatais só tendem a crescer. Primeiro, porque podem ser tão eficientes quanto as empresas privadas. Segundo, porque são uma forma de propriedade mais adequada para uma série de atividades, como a educação superior, a pesquisa científica, a saúde, e a cultura, que envolvem direitos humanos fundamentais, e produzem amplas economias externas (economias que extravasam o âmbito da organização que as produzem, não podendo ser vendidas e transformadas em lucros). Terceiro, porque, devido ao controle social a que estão submetidas, são mais compatíveis com o regime democrático – um regime que tende historicamente a universalizar-se (QUEIROZ, 2014).

Conforme Queiroz o documento do BM de 1999, se caracteriza como assistencialista a política social, especialmente aos considerados pobres, os quais são aqueles indivíduos que pertencem às camadas sociais que possuem menos condições de subsistência.

Queiroz (2014) explicita que as ideias propostas pelo BM para combater a pobreza, modifica serviços sociais, como educação, ações destinadas aos pobres pelas políticas sociais centralizadas e compensatórias, alargando o exercício de privatizar as políticas sociais, para os que tem melhores condições e podem pagar pelos serviços privados, ou que possuam renda *per capita* dentro das exigências do governo, conseguirem os auxílios públicos oferecidos para o setor privado.

Nesse contexto observa-se que o Banco Mundial, reafirma a percepção de educação e universidade. No “Documento estratégico do Banco Mundial: a educação na América Latina e Caribe (1999)” que apresenta estudo referente à educação nesta área de abrangência, durante os anos de 1990 e suas diretrizes para o setor no século XXI, com a finalidade de diminuir a pobreza e aumentar o investimento em capital humano da América Latina e Caribe, são supostamente priorizados o estímulo financeiro para as famílias menos favorecidas, oportunizando mais bolsas para a educação superior, fazendo com que as IES em relação ao

financiamento e prestação de serviço, incentivem a ampliação do acesso pelas tecnologias da informação e conhecimento (TIC's).

Tais parâmetros do BM são seguidos pelos governos brasileiros. Uma análise prévia em relação às matrículas em IES, mostra que se expande a educação superior brasileira depois de promulgação da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) centralizando no ensino superior privado.

A divulgação do Censo da educação superior de 2012 mostrou que dos 7.037.688 estudantes matriculados em cursos de graduação presencial e a distância no país, 5.140.213 (73,04%) dos alunos brasileiros matricularam-se em IES privadas, ao mesmo tempo em que 1.897.376 (26,96%) em instituições de ensino superior públicas.

Com isso o país conduz a atuação para educação superior privada, à medida que pelas isenções fiscais aos empresários por meio do programa Prouni (Lei nº 11.096/2005), acaba destinando verbas para IES privadas, utilizando o Fies (Lei nº 10.260/2001) e também o Programa de Recuperação e Ampliação dos Meios Físicos das Instituições de Educação Superior (2009-2014), com formulação e implementação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social – BNDS. A tabela 1 organizada por Reis (2015) demonstra como vem crescendo os gastos e despesas da União para com o setor privado:

Tabela 1 – Gastos tributários da União com Prouni e despesas da União com o FIES como percentual do Gasto Federal Total em Educação (2003-2014). Valores (R\$1,00) a preços de janeiro de 2015 (IPCA)

ANO	GASTO FEDERAL TOTAL EM EDUCAÇÃO R\$ (A)	PROUNI	FIES	TOTAL PROUNI + FIES (B)	% (B)/(A)
2003	39.225.224.141	-	1.341.626.724	1.341.626.724	3,42
2004	38.986.086.525	-	1.237.629.607	1.237.629.607	3,17
2005	40.506.998.062	177.086.854	1.305.932.989	1.483.019.844	3,66
2006	46.417.407.282	343.798.715	1.455.157.896	1.789.956.611	3,88
2007	52.832.416.426	535.882.639	1.490.535.757	2.026.418.396	3,84

2008	57.662.164.755	631.266.786	1.699.753.769	2.331.020.555	4,04
2009	68.752.485.193	735.511.137	1.922.681.718	2.658.192.855	3,87
2010	82.428.536.504	762.939.552	2.276.285.230	3.039.224.781	3,69
2011	92.101.478.182	698.659.132	3.052.490.346	3.751.149.478	4,07
2012	87.404.409.903	890.479.903	3.962.044.038	4.852.523.941	5,55
2013	96.526.150.733	830.190.930	8.372.431.851	9.202.622.781	9,53
2014	106.778.671.684	625.001.269	12.528.635.389	13.153.636.658	12,32
Δ 2003-2014	172,22%	-	833,84%	880,42%	

Fonte: Reis (2015).

A partir da tabela acima apresentada é possível compreender que vem ocorrendo um aumento progressivo do gasto federal na educação superior privada, isto pode ser observado quando no ano de 2003, o gasto federal total em educação na iniciativa privada era de 3,42% e no ano de 2014 houve um salto para 12,32% o que significou um crescimento grande do ponto de vista percentual, enquanto que do ponto de vista financeiro o aumento foi de 880,42%. Esses dados apontam para uma ampliação enorme, durante os governos Lula e Dilma, no aporte de recursos públicos ao setor privado por meio do Prouni e Fies. Acerca disso Reis (2015, p. 191) analisa que:

O apoio do governo federal aos grandes grupos educacionais privados, por meio da transferência de recursos públicos, foi convertido, eufemisticamente, em indutor do acesso dos pobres à educação superior, em democratização das oportunidades educacionais. Na prática, os grandes grupos educacionais têm seus lucros garantidos pelo governo federal, por meio do repasse de recursos públicos. Os alunos ficam endividados e o governo federal assume plenamente os riscos de inadimplência. O governo federal, em nome da democratização do acesso dos pobres à educação superior, converte-se em fiador dos negócios lucrativos, do “capitalismo sem riscos”, dos grandes grupos educacionais privados.

Apesar dos gastos públicos exorbitantes, o Banco volta a afirmar que as instituições privadas e isentas de fins lucrativos são importantes no financiamento e prestação de serviços educacionais, principalmente em nível superior, consideradas as ONGs (Organizações não governamentais), com funções de grande importância

em melhorar as oportunidades de aprendizagem aos empobrecidos e apoiando ao mesmo tempo o setor privado, o que as tornariam fundamentais (QUEIROZ, 2014).

O centro desse documento é a reestruturação da função do Estado sendo provedor que executa as políticas relacionadas ao ensino superior, associando seus deveres ao setor privado, as ONGs, as quais produzem serviços sociais, através das escolas, universidades, centros de pesquisas, hospitais, museus, orquestras sinfônicas, oportunizando transformação no estilo do estado (QUEIROZ, 2014).

Lima (2005 *apud* QUEIROZ, 2014) aborda que o ensino à distância é oferecido como plano de execução essencial na internacionalização da educação superior, seguindo ações como: i) flexibilizar e padronizar currículos; ii) implantar sistema para avaliar incentivando para que ocorra uma adequada formação profissional para necessidades do mercado de trabalho; iii) realizar gestão de empresas viabilizando as parcerias entre setores privado e público.

Vale salientar que a Educação a Distância (EAD) contribui para as necessidades do capital na medida em que busca novos mercados, obtendo lucros através da educação, uma estratégia que vem desqualificando a educação, por meio de formação rápida, com intuito de profissionalização funcional para novas tecnologias, aumentando a mão de obra de baixo custo. Assim em algumas instituições universitárias a pesquisa/extensão fica restrita aos filhos de burgueses para formar dirigentes dos planos e projetos burgueses de sociabilidade, enquanto que o ensino à distância é destinado aos trabalhadores e filhos de trabalhadores. Sobre isso Queiroz (2014) assevera que o mesmo documento de 1999 intitulado de “Estratégia para o setor educacional – documento estratégico do Banco Mundial: a educação na América Latina e Caribe” retoma o documento “*La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*” de 1994, que traz diversificação para as IES, com estratégias de flexibilização para o financiamento e a gestão das universidades públicas, ademais oportunizando variedade nos meios de financiamentos, o que fortalece a área privada. A fundamentação desse discurso concretiza-se no Brasil com destinação direta e indireta de recursos públicos para as universidades privadas.

Como visto anteriormente as políticas educacionais de acesso a educação superior gestadas no decorrer dos governos Lula e Dilma estavam atreladas as orientações de organismos internacionais. Cabe ressaltar nesse contexto a opção

brasileira pela criação de programas focalizados para a ampliação do acesso a este nível de ensino.

Diante disso, é importante destacar que o século XXI inicia com uma política de continuidade do Banco Mundial com ações direcionadas ao alívio da pobreza, e de diminuição da desigualdade social em países periféricos do capital, reforçando políticas já alavancadas em documentos anteriores do BM para a educação superior nesses países.

As políticas para os setores sociais sugeridas no documento de 1990 indicam essencialmente um parâmetro para definir as políticas para a educação superior, com a orientação continuada do Banco Mundial nesse nível de ensino (BM, 2003, *apud* QUEIROZ, 2014), seguindo planos de execução como: a) Diversificação de instituições do ensino superior, b) variados meios de financiamento, c) nova definição do dever do Estado, d) implementar política para qualificar o ensino superior. Acerca dessas proposições, Siqueira (2004, p. 50) afirma que:

No final do século XX e início do século XXI, com Base no discurso da “sociedade do conhecimento”, segundo o qual níveis mais elevados de educação seriam fundamentais para o desenvolvimento e competitividade das nações num mundo globalizado, assim como para contribuir para a coesão social [...], o ensino superior volta a fazer parte das prioridades do Banco. Mas não mais a partir de uma oferta pelo setor público, e sim, para sua abertura como uma área de negócios, ao setor privado internacional e a grandes firmas nacionais a ele associados, que estariam prontos, para vender seus pacotes educacionais, consultorias, equipamentos, etc.[...].

Grande referência de tais políticas do Banco Mundial é o documento com divulgação no ano de 2003 que se intitula “*Construir sociedades de Conocimiento: Nuevos Desafios para La Educación Terciaria*”¹¹. Neste documento o BM denomina educação superior como – “o deslocamento central para passagem: de educação superior a terciária (BARRETO; LEHER, 2008, p. 423).

As instituições de terceiro nível incluem vários tipos de cursos pós-médios e superiores, frisando uma educação em etapas: primária, secundária e terciária. O Banco Mundial pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) define essa educação de terceiro nível como nível seguido do secundário, avançando em instituições de educação terciária, como instituições privadas e

¹¹ “Construindo a sociedade do conhecimento: novos desafios para a educação terciária”.

públicas, institutos de ensino superior e politécnicos, igualmente em outros cenários como, escolas secundárias, lugares de trabalho, cursos da área da tecnologia informática e enorme diversidade de associações privadas públicas (BM, 2003 *apud* QUEIROZ, 2014). Dentro desta realidade o Brasil prioriza a diversificação em universidades, faculdades integradas, outras faculdades, institutos superiores e escolas superiores, incluindo a variedade de cursos, pelos cursos de curta duração, politécnicos, pós-médios, para suprir a necessidade das empresas aproveitando o tempo do trabalhador, com o ensino à distância, através da tecnologia da informação e conhecimento (TICs).

Segundo Queiroz (2014), em 1997 Fernando Henrique Cardoso pelo decreto nº 2.306/97 iniciou a diversificação acadêmica criando centros universitários. Vale (2011 *apud* QUEIROZ, 2014), sobre esse assunto afirma que se associa aos objetivos dos empresários da educação superior, os quais sentem como um dever ligado ao *status* das universidades o investimento em outros modos de instituições. Sobretudo, Queiroz (2014) continua relatando que tais estabelecimentos que possibilitam o acesso à educação superior destinam-se aos trabalhadores e seus filhos, ampliando o acesso e as qualificações nesse nível de ensino. Por outro lado, a autora assinala que esse raciocínio de “massificação” da educação, com uma prática de “certificação” em grande parte acaba desfazendo a indissociabilidade nas questões ensino/pesquisa/extensão. A partir desse aspecto mostra-se que a educação está para e a serviço do capital, sendo que para o BM as regras para estabelecer novas entidades de ensino, também privadas e virtuais devem ser livres de barreiras que dificultem o acesso ao mercado. A autora ainda observa que grande número das vagas são destinadas à área privada para trabalhadores de periferia do capital, para a formação da força de trabalho para o capital, para isso são estabelecidas as seguintes parcerias:

[...] i) alianças sub-regionais com outros pequenos Estados visando estabelecer uma universidade regional em rede; (ii) instituições de educação terciária centradas estrategicamente especializadas em atender uma proporção limitada dos requerimentos da nação em termos de habilidades humanas cruciais; iii) alianças negociadas mediante franquias entre o governo nacional e provedores externos de educação terciária e iv) prestação do serviço da educação à distância por parte de um provedor internacional reconhecido como resultado de um acordo específico com as autoridades governamentais (BM, 2003, p. 31 *apud* QUEIROZ, 2014 [tradução]).

Um plano de ação para reestruturação da educação terciária dos países de periferia vem sendo o ensino à distância, criando assim “serviços educacionais” em exportação, formando mercado internacional de educação terciária. Os financiamentos como auxílio aos estudantes para ingressarem em entidades privadas tem a defesa no documento de 2003 do BM, desonerando o Estado da função de ofertar/financiar com exclusividade ao ensino público gratuito. De acordo com o documento deve haver mobilização das instituições por recursos adicionais dos alunos e familiares incentivando doações de terceiros (BM, 2003, p. 78 *apud* QUEIROZ, 2014). Sobretudo, este plano do BM preconiza a reestruturação da educação superior, em grande área explorável e com lucros atendendo assim a lógica do capital, mediante a cobrança de mensalidades, taxas de matrículas aos alunos, simultâneo ao corte de verbas públicas para a assistência estudantil tais, como: alojamentos, alimentação, transportes.

Dessa maneira, entende-se conforme o documento supracitado, que ocorre uma reedificação da função do Estado, para que se divida a obrigação do financiamento com o setor privado variando as fontes de fornecimento por meio de um discurso de que já é suprida a capacidade do governo nessa área para esse setor, o que não se concretiza, pois, sabe-se que realmente tudo é pago pelos estudantes e familiares, tendo em vista que o acesso à educação superior, nessa relação, se estabelece por meio da concessão de crédito estudantil, assim as instituições privadas recebem os valores diretamente do governo, enquanto alienam os estudantes mediante o (re) pagamento de mensalidades com altas taxas de juros e sob a dinâmica do mercado. Dessa forma entende-se que os governos brasileiros intensificam essa ideia através de programas como o Fies e Prouni demonstrando quão favoráveis são aos objetivos empresariais. Estas ações fazem parte da política do BM, numa difusão do projeto da burguesia intitulado de “sociabilidade”, o qual tem como principal objetivo atingir grandes lucros em países emergentes. No Brasil esse aspecto pode ser observado na contrarreforma dos anos de 1990.

Como já visto as relações entre mercado e educação foram intensificadas durante o governo FHC com a reforma do Estado, sobretudo esta situação vem se aglutinando cada vez mais durante os governos de Lula e Dilma, as ações econômicas e políticas gestadas e implementadas no campo educacional

demonstraram o alinhamento dos direcionamentos governamentais às orientações do mercado internacional.

Os primeiros grupos empresariais do mercado educacional brasileiro Anhanguera, Kroton, Estácio e Sistema Educacional Brasileiro (SEB) preparavam-se para abrir seu capital e lançar suas ações na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa). Entre março e outubro de 2007, quatro IES (Instituições de Ensino Superior) abriram seu capital e passaram a atuar na bolsa de valores. Juntas, Anhanguera Educacional, Kroton Educacional, Estácio Participações e SEB, captaram R\$ 1,2 bilhão no IPO (oferta pública inicial de ações, na sigla em inglês). A Anhanguera, pioneira em operação na bolsa, viria a captar recursos junto ao mercado de forma mais rápida e barata do que em bancos com a finalidade de ampliar a capacidade de geração de resultados (UNIVERSIA, 2009).

Brunner (2006) afirma sobre os “mercados universitários” dizendo que se assistia, então, a uma mudança de maré:

[...] está-se produzindo ao redor do mundo um movimento que desloca o eixo de coordenação dos sistemas de educação superior do governo e das corporações acadêmicas em geral, a esfera pública para o mercado, isto é, para arranjos institucionais que forçam as universidades a competir entre elas por alunos, pessoal acadêmico e reputações, e a financiar as suas atividades por meio de recursos obtidos crescentemente de maneira competitiva, de uma diversidade de fontes fiscais e privadas. Este deslocamento é examinado na literatura anglo-saxônica sob o nome de marketization que no castelhano traduz-se (em má tradução) por mercadização, ainda que se empreguem termos tais como privatização, comercialização e mercantilização (BRUNNER, 2006, p. 3).

Brunner (2006) salienta que o termo mercadização se trata do mercado universitário em geral e de um conjunto complexo de mudanças que vem sendo produzido por muitos fatores, destaca-se então as mudanças no papel dos governos em relação à educação superior que englobariam a difusão de um discurso de mercado; a massificação da educação superior; o crescente número de mantenedores privados da pesquisa e o surgimento de um mercado global para os serviços de educação superior e de conhecimento, portanto o eixo de deslocamento iria do Estado para o mercado “como sistemas de coordenação da ação social”.

As consequências da mercadização e ou mercantilização da educação superior são a diminuição de recursos públicos destinados ao financiamento

institucional concomitante ao aumento da demanda por ES, o autor acima mencionado aponta que deveria então ter sido feito o contrário. Como resultado, o gasto por aluno tendeu a cair durante os anos 1980 e 1990 em grande número de países, tanto desenvolvidos como em vias de desenvolvimento, ameaçando ou deteriorando a qualidade da formação superior.

Diante da diversidade de demandas sociais e necessidade de fomentar a competitividade da economia, os governos reconfiguraram seus mecanismos de gastos públicos e utilizaram cada vez mais mecanismos de tipo mercado visando maior eficiência na concessão de recursos do Fundo Público ora optando por privatizar a ES fazendo com que novos mantenedores privados absorvam a maior parte da demanda estudantil, além disso, decide-se que as Instituições públicas transfiram parte de seu custo para os alunos, privatização da oferta, diversificação de fontes de financiamento, a partir de argumentos considerados anteriormente incompatíveis:

[...] mais acesso por razões de equidade e, simultaneamente, cobrança pelo serviço educativo em razão das altas taxas de retorno antecipadas. Ambos os argumentos convergem transformando os estudantes em consumidores de educação superior a crédito. (BRUNNER, 2006, p. 5).

Com essa configuração de Estado compreende-se o discurso em prol de um mercado maior pressupondo mais competição, uma menor regulação e maior uso por parte dos governos de mecanismos tipo mercado de que resultariam instituições de ES mais produtivas, eficientes, inovadoras e adaptáveis, ao mesmo tempo em que se reduziriam os custos de transação causados pelas intervenções governamentais e as regulações burocráticas de acordo com as recomendações dos organismos multilaterais como, por exemplo, Banco Mundial e seus documentos periódicos disseminadores de “teses” e “recomendações” para a ES.

Mollis (2006 *apud* BRUNNER, 2006) aponta que ocorre no Estado uma “erosão” ou perda do conceito de bem público tradicionalmente aplicado à ES, o mercado com formas falidas de integração dos sistemas de ES e com arranjos que produzem efeitos perversos no plano da equidade de acesso, baixa qualidade do serviço, erosão da cultura democrático-colegial das IES públicas, favorecendo o surgimento de IES particulares com fins de lucro, dilapidação das áreas de estudo e

pesquisa distantes do mercado, como artes e humanidades, etc.

O *marketing* é prática comum em se tratando de empresas, é um elemento vital para o negócio da educação das IES privadas e funcionaria de acordo com Brunner (2006), um sistema de coordenação baseado em relações de compra e venda, onde existe um campo definido de produção e consumo, há competição entre produtores, produtos identificados, preços e intercâmbios monetários entre produtos e consumidores, e onde vigoram comportamentos e valores consistentes com o cálculo econômico. O Brasil regula essas ações com determinação constitucional e estabelece princípios ao liberar a educação à iniciativa privada mediante duas condições: a primeira é o cumprimento das normas gerais da educação nacional e a segunda autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público confrontando minimamente o sistema de ES às normas oficiais.

O posicionamento da UNESCO relacionado com a “Conferência Mundial sobre a Educação Superior de Paris”, de 1998 preconizava que as crescentes necessidades do ensino superior conduzem suas instituições a buscar fontes suplementares de financiamento. De acordo com a UNESCO essas mudanças merecem ser encorajadas e apoiadas pela sociedade e acima de tudo pelos poderes públicos. Dito isso e considerando o fato de que o ensino superior um bem público e tendo que exercer um papel-chave na abertura de novas vias para o futuro, o Estado não pode renunciar à responsabilidade de seu financiamento, cabe-lhe assumir a responsabilidade principal do financiamento do ensino superior. “Ao governo cabe assegurar medidas estáveis de financiamento, e é o Estado que deve ser responsável principal pelo financiamento do ensino superior” (UNESCO, 1998).

No discurso de encerramento dessa Conferência, Celine Saint-Pierre, presidente do Conselho Superior de Educação do Quebec, afirmava: “É preciso reafirmar que o ensino superior deve ser definido como um serviço público e não como uma empresa do saber e de formação orientada pelas leis do mercado” (UNESCO, 1998, p. 80).

As empresas e fundos de investimento nacionais e transnacionais com mercadorias-educação e educação-mercadorias e as estratégias de expansão do mercado educacional estão sugeridas como propostas nos organismos internacionais (BM e BID) e de Organização Mundial do Comércio (OMC), os principais articuladores e incentivadores do mercado educacional mundial, que

apontam recomendações para emprestar recursos financeiros transformados rapidamente em leis, decretos, portarias, resoluções e, sobretudo, práticas naturais; não é por acaso que no plano de fundo das companhias ou grupos empresariais estão Bancos e Fundos de Investimentos nacionais e, principalmente, transnacionais apontando para a redução dos gastos do Fundo Público com instituições estatais/públicas; incentivando a criação de empresas nacionais ou a acolhida de filiais e franquias de empresas transnacionais, via legislação facilitadora, e constituição, com recursos fiscais, de fundos de bolsas (Prouni) e empréstimos (Fies), que garantam consolidação e lucro para as empresas (UNESCO, 1998).

As estratégias para a expansão do mercado educacional se firmam nos processos de mundialização do capital, predominantemente financeiro e de mercantilização dos sistemas de educação superior de acordo com as recomendações dos organismos multilaterais de que a educação superior é um bem privado antes mesmo do que um bem público, apenas um serviço (mercadoria) igualável a qualquer outro serviço comercial e pode ser objeto de ampliação de valor e de troca, não um direito social universal.

Acerca disso, vale mencionar que o mundo do capital se transforma em mercadoria e é inerente à sociedade capitalista. César Benjamin embasado em Marx assevera sobre essa sociedade que tudo transforma em mercadoria,

[...] ela seria compelida a aumentar incessantemente a massa de mercadorias, fosse pela maior capacidade de produzi-las, fosse pela transformação de mais bens, materiais ou simbólicos, em mercadoria; no limite, tudo seria transformado em mercadoria (BENJAMIM, 2008 *apud* SGUISSARDI, 2008, p. 994).

A respeito do processo de mercantilização, do conceito tradicional de mercadoria-educação para o de educação-mercadoria Sguissardi afirma que:

Como corolário da tendência de tudo ser transformado em mercadoria pela sociedade capitalista, é que se pode entender que os serviços educacionais, como um direito e um bem público, possam ser considerados como uma mercadoria, educação-mercadoria, objeto de exploração de mais valia ou de valorização. Isto não somente entre os empresários da educação, mas até certo ponto também para os interesses privado/mercantis no aparelho do Estado (SGUISSARDI, 2014, p. 112).

De acordo com Rodrigues (2007 *apud* QUEIROZ, 2014), existiriam duas maneiras de o capital e os empresários considerarem a educação como mercadoria-educação e como educação-mercadoria. Sendo que, cada uma dessas perspectivas se liga diretamente à forma como o capital busca a autovalorização e cada uma delas é face da mesma moeda, ou seja, são formas sob as quais a mercadoria se materializa no campo da formação humana. A educação é compreendida como mercadoria-educação, assim como o saber, é compreendido como um insumo necessário à produção de outras mercadorias no processo produtivo, sendo assim o “capital industrial tenderá a encarar a prática social educacional como mercadoria-educação”. Este aspecto é necessário ao processo de produção, portanto o empresário não tenderá a valorizar mais uma universidade privada do que uma pública, mas sim a que lhe preparar o melhor e mais produtivo insumo ou mercadoria-educação com a finalidade de ser vendida.

Esse entendimento, do processo de transformação da educação em mercadoria, pode ser representado estatisticamente nas tabelas a seguir, as quais comprovam por meio de dados numéricos e percentuais a tendência do país de delegar nos últimos anos o nível de ensino, referente à educação superior, ao sistema privado.

Tabela 2 – Evolução das matrículas dos cursos de graduação à distância no Brasil, por organização acadêmica 2000-2012

Ano	EAD Públicas	EAD Privadas	Total	% Privadas
2000	1.682	0	1.682	
2001	5.359	0	5.359	
2002	34.322	6.392	40.714	15,70
2003	39.804	10.107	49.911	20,25
2004	35.989	23.622	59.611	39,63
2005	37.143	77.499	114.642	67,60
2006	38.429	168.777	207.206	81,45
2007	40.235	329.531	369.766	89,12
2008	278.988	448.973	727.961	61,68
2009	172.696	665.429	838.125	79,39
2010	181.602	748.577	930.179	80,48

2011	177.924	815.003	992.927	82,08
2012	181.624	932.226	1.113.850	83,69

Fonte: elaborado por Deise Mancebo a partir de dados do Censo da Educação Superior do INEP (1995-2012).

Tabela 3 – Evolução das matrículas dos cursos de graduação presenciais e a distância no Brasil, por organização acadêmica, 1995-2012.

Ano	Total	Públicas	Privadas	%Públicas	%Privadas	Δ%
1995	1.759.703	700.540	1.059.163	39,81%	60,19%	
1996	1.868.529	735.427	1.133.102	39,36%	60,64%	
1997	1.945.615	759.182	1.186.433	39,02%	60,98%	
1998	2.125.958	804.729	1.321.229	37,85%	62,15%	
1999	2.369.945	832.022	1.537.923	35,11%	64,89%	
2000	2.695.927	888.708	1.807.219	32,96%	67,04%	
2001	3.036.113	944.584	2.091.529	31,11%	68,89%	
2002	3.520.627	1.085.977	2.434.650	30,85%	69,15%	
2003	3.936.933	1.176.174	2.760.759	29,88%	70,12%	
2004	4.223.344	1.214.317	3.009.027	28,75%	71,25%	
2005	4.567.798	1.229.332	3.338.466	26,91%	73,09%	
2006	4.883.852	1.247.733	3.636.119	25,55%	74,45%	
2007	5.250.147	1.281.203	3.968.944	24,40%	75,60%	
2008	5.808.017	1.552.953	4.255.064	26,74%	73,26%	
2009	5.954.021	1.523.864	4.430.157	25,59%	74,41%	
2010	6.379.299	1.643.298	4.736.001	25,76%	74,24%	
2011	6.739.689	1.773.315	4.966.374	26,31%	73,69%	
2012	7.037.688	1.897.376	5.140.312	26,96%	73,04%	299,94%

Fonte: elaborado por Deise Mancebo a partir de dados do Censo da Educação Superior do INEP (1995-2012).

De acordo com Reis (2015) nos anos de 2003 a 2014 observou-se que, os gastos do governo federal, em manutenção dos programas Fies e Prouni tiveram representação média de 5,09% do gasto federal total em Educação (orçamento supervisionado pelo MEC). Os resultados mostram que nos anos de 2011 a 2014, o

governo Dilma deu prioridade ao Fies com gastos públicos superiores aos previstos. Em 2014, por exemplo, foram destinados recursos da União 631,41% superiores ao previsto pelo governo para esse programa. Em junho de 2015 anunciou-se a disponibilização de um montante de 61,5 mil novos contratos a partir de julho de 2015, o que significou um total de 314 mil novos contratos no ano, mas é importante observar que houve redução na quantidade de vagas ofertadas, já que as vagas novas representam 57,1% a menos que as 732 mil ofertadas em 2014, sobretudo a taxa de juros do Fies aumentou de 3,4% para 6% retomando a mesma taxa aplicada anteriormente às mudanças realizadas pelo governo Lula em janeiro de 2010. Contudo, é importante ressaltar que o programa Fies continua atrativo para muitos estudantes trabalhadores que buscam uma oportunidade de ingressar na educação superior.

Ainda assinala Reis (2015) que o Ministério do Planejamento e o Ministério da Educação, Orçamento e Gestão, em junho de 2015 apresentaram regras relacionadas ao programa Fies, de certo modo desobstaculizando a destinação de recursos públicos para a área privada e assim ampliando o ingresso de alunos em instituições de ensino superior. Os ministérios supracitados reforçaram ainda que os programas Fies, Prouni e Sisu apresentam estímulos num processo de democratização desse nível educacional, mediante a oportunidade de ingressar e permanecer em cursos de nível superior, principalmente por parte da população que historicamente não conseguia acessar a educação universitária. Nesse contexto, é válido salientar que ocorreu um desdobramento, pois o Ministério da Fazenda sinalizou para uma contenção no dispêndio dos fundos da União para a manutenção das instituições federais, ao passo que houve uma abertura financeira à rede privada de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos neste trabalho tratar das formas de implementação e gestão de políticas para a Educação Superior brasileira nos últimos anos referentes aos governos Lula e Dilma, principalmente no período de 2007 a 2014, a partir e com base na análise de pesquisadores sobre a temática. A questão mobilizadora dessa investigação esteve pautada na compreensão do seguinte aspecto: *Como tem ocorrido o processo de expansão deste nível de ensino por meio dos Programas Prouni e Fies?*

Esta indagação permeou o processo de pesquisa com vistas a possibilidade de se entender as intenções na forma de implementação de programas e políticas de acesso para a educação superior, no caso, os programas Prouni e Fies. Sabendo que a realidade não é estática, mas dialética, os condicionantes históricos demonstraram que a política educacional brasileira está intimamente relacionada à política macroeconômica mundial.

Nessa direção, a análise que foi apresentada pelos pesquisadores da área educacional, no concernente à educação superior, revelou que para se compreender as ações políticas e econômicas nesse setor se faz necessário entender a dinâmica do Estado e como esta instituição vem recebendo orientações de organismos internacionais vinculados à ideologia neoliberal.

O processo de globalização dos mercados a partir da década de 1990 que delineou e reorganizou o sistema econômico incidiu diretamente na forma de gestão e implementação da política educacional brasileira, tendo em vista que a educação não está descolada da sociedade, mas faz parte da tessitura social.

Acerca desse aspecto Leher, (2003) conclui que em um "mundo globalizado" os países periféricos devem importar os modelos, sobretudo o modelo educacional, dos países do Norte para assegurar o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços sugeridos pela OMC. Assim, os países do Norte exportarão conhecimento intelectual, enquanto os países considerados "subdesenvolvidos" permanecem, dentro dessa lógica, na produção de matéria-prima e mão de obra a baixo custo. O autor ainda salienta que essa ofensiva, está presente também na agenda da "Área de Livre Comércio das Américas" (ALCA), que tem como meta edificar um mercado educacional, sacramentando a heteronomia cultural. Dessa forma o pressuposto

mercadológico consiste no fato de que o pré-requisito é transportar, no plano social, a educação da esfera do direito para a esfera do mercado, e isto acentua-se e fica evidenciado no uso de um léxico empresarial que busca colocar na administração pública, na elaboração de políticas e programas governamentais a *excelência, eficiência, gestão por objetivos*, transformando alunos em *clientes* e *usuários*, em nome do *empreendedorismo*, da *produtividade* e sob um discurso de *profissionalização por competências*, etc.

Sobretudo, esse processo de mercantilização da educação expresso nesse vocabulário contrapõem-se às políticas públicas universais e ao modelo universitário consagrado na Constituição Federal de 1988, cujos defensores são desqualificados como corporativistas, elitistas, privilegiados, insensíveis ao drama social.

No Brasil o forte impacto da agenda neoliberal resultou na área educacional, principalmente no nível de educação superior em políticas e programas, como Fies e Prouni, que levaram a delegação gradativa desse nível de ensino ao setor privado, o qual é regido necessariamente pela lógica do mercado econômico mundial.

O programa Prouni veio atender à necessidade de destinação de um percentual de vagas ociosas das instituições de educação superior privadas. Por outro lado, é importante salientar que a disponibilização de tais vagas às camadas sociais que historicamente estavam excluídas desse nível educacional, se deu mediante a solicitação das instituições educacionais privadas para que o poder público viabilizasse uma solução a fim de evitar falências e o fechamento de cursos sob a argumentação de dificuldades financeiras decorrentes da inadimplência, evasão e desistência do alunado. Em troca de vagas ociosas por concessão de bolsas de estudos parciais e integrais, as instituições privadas ficaram isentas do Imposto de Renda e de contribuições sociais (CARVALHO, 2006).

Para Carvalho (2006) dois pontos devem ser questionados. Primeiro, o fato de a renúncia fiscal diminuir o orçamento público, já que com a isenção do Imposto de Renda, há conseqüentemente uma queda na arrecadação da União, ou seja, menos recursos financeiros para à manutenção e desenvolvimento da educação pública em todos os seus níveis. O segundo ponto elencado refere-se a pequena abrangência do programa em relação a demanda do país e à dimensão e capacidade de absorção do setor privado. Estes aspectos sinalizam para outras indagações, - *Quais são os verdadeiros benefícios/ganhos que estes programas de*

fato têm proporcionado para a educação brasileira, para os alunos e trabalhadores na área da educação, enfim para a sociedade em geral? Quanto tem custado para os cofres públicos e para os contribuintes a opção política feita pelos governantes de criação e continuidade desses programas?

Sobre a verdadeira efetividade dos programas Prouni e Fies, é fundamental ainda considerar que os alunos trabalhadores pertencentes à classe social de baixa renda não necessitam apenas de ingressar no ensino superior com gratuidade integral ou parcial, mas de condições de permanência e conclusão dos estudos, o que em grande parte algumas das instituições públicas, ainda, podem oferecer, como: transporte, habitação estudantil, restaurante universitário, bolsas de estudos e de iniciação na pesquisa científica.

Sobretudo, Catani e Gilioli (2005 *apud* CARVALHO, 2006), apontam que o Prouni visa promover uma política pública de acesso/ingresso, mas não de permanência e conclusão do curso superior, o que indica uma concepção assistencialista conforme as recomendações do Banco Mundial e de organismos internacionais, que tratam esse nível de ensino como um benefício e não como direito dos egressos do ensino médio público. Este aspecto pode ser compreendido quando na concessão de bolsas de estudos parciais de 50%, os estudantes que não podem efetuar o pagamento da parte restante, também não podem fazer a matrícula para o semestre ou o ano seguinte, o que tendencialmente leva ao aumento da possibilidade de evasão, que também pode estar associada tanto às dificuldades financeiras do aluno quanto à insatisfação com a instituição e/ou curso frequentado.

Compreende-se, portanto que os programas Prouni e Fies foram a via/alternativa do governo Federal para garantir a expansão privada do nível de educação superior. Há que se destacar que esta política educacional promovida pelos recentes governantes brasileiros, de certo modo serviu para aumentar o ingresso de alunos trabalhadores nesse nível de ensino. Contudo, esse processo se concretizou por meio de associações e parcerias entre o Estado e as redes privadas, sobretudo mediante o aporte de recursos da União e isenções de tributos a grandes corporações e grupos educacionais, aspectos que notadamente remetem à mercantilização da educação.

Diante da maneira como os governos brasileiros tem conduzido a Educação Superior, entende-se que a sociedade não pode deixar de agir diante da forma

escancarada de “comercialização” desse nível de ensino. Faz-se necessário que a experiência dos setores sociais e da classe trabalhadora, no caso a grande maioria da população e a maior interessada numa educação pública, gratuita e de qualidade, sejam colocadas em prática, por meio de ações concretas que denunciem a realidade que vem solapando a educação superior brasileira e ameaçando a sua democratização pública e gratuita.

Apesar do Banco Mundial estar a frente dos setores político e macroeconômico, a privatização desenfreada tem de ser fortemente discutida e combatida por toda a sociedade, pois, se depender dos governos "continuístas", os fatos indicam que a universidade pública, gratuita e de qualidade está com seus dias contados.

Sobre isso, Leher (2003), explica que a "Reforma" Universitária trata-se de uma verdadeira contra-reforma que tem a "mão" firme do Banco Mundial (o caixa duro do Fundo Monetário Internacional - FMI) e faz parte de um processo maior de mercantilização da educação, sob o controle ideológico do imperialismo, que elimina os limites entre o público e o privado, decretando a morte gradual da produção científica brasileira, e a total transformação do conhecimento em mercadoria.

Condicionantes históricos incidem na realidade econômica e social em que vive o Brasil, e sobretudo nas políticas públicas, das quais também fazem parte as políticas educacionais. No que diz respeito à educação, enquanto um direito humano universal é necessária a união da classe trabalhadora, na luta por melhores condições de acesso e permanência no processo educacional e principalmente no nível de educação superior, a constante busca pela efetivação prática da democracia com justiça e equidade social.

Considerando que os recursos provenientes da União, que são destinados às políticas públicas aos programas sociais e projetos perpassam por questões técnicas e estratégicas, e estão submetidas as decisões tomadas pelos poderes executivo e legislativo, logo, entende-se que as prioridades de investimento das aplicações públicas estão atravessadas por tensões políticas e ideológicas, inclusive por embates envolvendo o pensamento e a práxis das diferentes classes sociais, que possuem projetos de sociedade divergentes e antagônicos (REIS, 2015).

É válido ainda considerar que existem interesses opostos no que tange a forma de gestão dos recursos do orçamento, entre os que detêm o poder do capital

e os trabalhadores. Trabalhadores tornam-se pressionados pelos donos do capital e quem os representam exigem que os fundos financeiros se destinem para maior rendimento do capital em dificuldade, revoltando a classe operária com a percepção da situação da saúde, transporte, educação em condição deteriorável. Isso, leva-os a exigir melhorias demandando que se ampliem os fundos públicos atendendo o que necessita a classe trabalhadora, a qual conta apenas e exclusivamente com os recursos públicos. Em razão desses aspectos o processo de mercantilização da educação que vem ocorrendo desde a globalização dos mercados no final da década de 1990, o qual acentuou-se ainda mais na primeira década dos anos 2000 revela-se um verdadeiro espólio à "coisa" pública que abre precedentes para práticas "anti-democráticas" e até mesmo inconstitucionais.

Esse descaso governamental com o "bem público" que se sucedeu mediante o sucateamento das aplicações públicas, em 2013 foi sentido diretamente pela população que saiu às ruas exigindo a garantia de direitos sociais básicos de qualidade como saúde e educação. Entende-se, a partir desse fato histórico que, embora, boa parte dos manifestantes não tivesse consciência do que vem ocorrendo na realidade com as finanças públicas, essa situação abriu espaço e iniciou uma sequência de questionamentos sobre a forma de condução política e econômica do país.

Este fato, mesmo que isolado, sinaliza que há esperança de que os trabalhadores conscientemente e em ações políticas organizadas reúnam forças, para defenderem a garantia e manutenção de direitos e conquistas históricas a partir de um enfrentamento aos que detêm o poder político, econômico e ideológico do capital, sobremaneira aos governantes que continuamente convertem e realocam recursos da esfera pública para a ampliação e aumento das riquezas de empresas privadas e de organizações públicas não estatais (REIS, 2015).

Portanto, diante dessa ofensiva sem precedentes contra o ensino público, é fundamental que toda a sociedade acadêmica: reitores, colegiados acadêmicos, sindicatos, professores, pesquisadores, técnicos e administrativos e, sem dúvida, os estudantes, lutem pela criação de espaços democráticos de discussão para construir e difundir na sociedade um pensamento que leve á uma verdadeira reforma das universidades brasileiras. Cujas pautas envolvam questões como: estratégias de universalização, autonomia, democracia, controle social das instituições privadas,

articulação ensino-pesquisa, financiamento público das instituições estatais, condições de trabalho dos trabalhadores da educação, assistência estudantil, democratização efetiva dos órgãos de fomento à Ciência e Tecnologia, colonialidade do saber, integração com os países periféricos e centrais, criação de um espaço universitário latino-americano, patentes e propriedade intelectual, entre tantos outros que vêm sendo demandados pela maioria da sociedade brasileira (LEHER, 2003).

Diante do exposto neste trabalho, cuja temática é relevante e contemporânea as contribuições teóricas, pertinentes e importantes dos diversos autores possibilitaram a compreensão do contexto que permeia a educação superior brasileira e de seus desdobramentos, nos últimos anos, nos campos político, econômico e social. Sobretudo, evidenciaram-se aspectos subjacentes acerca da economia mercantil na educação superior, que implicaram a princípio numa possível ampliação do acesso à este nível de ensino, no entanto, isso ocorreu por meio de um distanciamento cada vez mais acirrado entre o “público” e o “privado”, entre o “Estado” e o “mercado” explicitando a racionalidade mercadológica, preconizada por entidades internacionais e orquestradas, de forma pragmática, pelos recentes governantes brasileiros.

Estas constatações auxiliaram no entendimento dos rumos da política educacional, em específico da forma como foi e vem sendo conduzida a educação superior, e, sobretudo sinalizam para a necessidade de ruptura dessa lógica mercantil e da retomada da luta pelo investimento público no pólo público. Ademais, tendo clareza das inúmeras possibilidades históricas da dialética, este trabalho aproximou-se desse objeto, que por sua realidade complexa, evidentemente não esgota seus infinitos pontos de análise carecendo de aprofundamento em pesquisas posteriores, afim de que os limites e lacunas desta investigação possam ser melhor exploradas.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, Rosa Maria; SILVA, Irizelda Martins de Souza; CECÍLIO, Maria Aparecida. **O neoliberalismo e as políticas educacionais públicas do Brasil a partir da década de 1990**. UTP: Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/pdfs/cad_pesq10/4_o_neoliberalismo_cp10.pdf>. Acesso em: out. 2013.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia**. Washington, 1995. [Primera edición en español, juin. de 1995 – ISBN 0-8213-2773-9].

BARRETO, Raquel Goulart; LEHER, Roberto. Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 13, n. 39, 2008, p. 423-436.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: DF, 1995.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 2014a.

_____. **Programas ProUni, Reuni e Fies**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: Jul. 2014b.

_____. **Governo reforça investimentos da educação básica a superior**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/08/governo-reforca-investimentos-da-educacao-basica-a-superior>>. Acesso em: set. 2016.

BRUNNER, José J. **Mercados universitários: ideas, instrumentos y seis tesis em conclusión**. Santiago, CL., março de 2006. Disponível em: <[http://www.brunner.cl/wp-content/uploads/2012/%C2%AoMERCADOS UNVERSITARIOS_2006.pdf](http://www.brunner.cl/wp-content/uploads/2012/%C2%AoMERCADOS%20UNIVERSITARIOS_2006.pdf)>. Acesso em: dez. 2015.

CAÔN, Giovana Fonseca; FRIZZO, Heloisa Figueiredo. **Acesso, equidade e permanência no ensino superior: desafios para o processo de democratização da educação no Brasil**. Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, Uberaba: 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique (Ministro de Estado da Fazenda). Plano Fernando Henrique Cardoso – Plano Real (Exposição de Motivos n. 395, de 7 de dezembro de

1993). **Revista de Economia Política**. São Paulo, SP: Brasiliense, vol. 14, n. 2 (54), abr./jun. 1994.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **O Prouni no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial p. 979-1000, out. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br/>>. Acesso em: jun. 2016.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COLLEONI, Cristini. **A Educação Superior no contexto do Prouni**. 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação – UNIOESTE, Cascavel-PR, 2012.

DANTAS, Éder; JUNIOR, Luiz de Souza. **Na contracorrente: a política do governo Lula para a educação superior**. ANPED (s/d). Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT11-5581--Int.pdf>>. Acesso em: out. 2013.

DEITOS, Roberto Antonio. **Estado, Organismos Internacionais e Políticas Sociais: aspectos políticos e econômicos e a gestão da política educacional no Brasil (1993-2010)**. Versão Preliminar, 2010.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. Políticas educacionais e reconfiguração da Educação Superior no Brasil. In: DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes (org.). **Universidade pública: políticas e identidade institucional**. Campinas, SP: Autores Associados; Goiânia, GO: Editora da UFG, 1999.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**. São Paulo: Cortez, 1980.

_____. **O que é Política Social**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FÁVERO, Maria de L.; SGUISSARDI Valdemar. Quantidade/qualidade e educação superior. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 42, n. 28, p. 61-88, jan./abr. 2012.

FERREIRA, Suely. Reformas na educação superior: de FHC à Dilma Rousseff (1995-2011). **Linhas Críticas**, Brasília, DF, nº 36, p. 455-472. maio/ago. 2012.

FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago. A centralidade em educação e em saúde básicas: a estratégia político-ideológica da globalização. **Pro-Posições**. v. 19, nº 1 (55), jan./abr. 2008.

GAZZOLA, Ana Lúcia. **Panorama da Educação Superior na América Latina e Caribe**: a importância da expansão quantitativa e qualitativa da pesquisa e da pós-graduação. IESALC/UNESCO-FOPROP, 2008.

INFOMONEY. Kroton – **Histórico de cotações**. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/kroton-krot3/cotacoes>>. Acesso em: Set. 2015.

LEHER, Roberto. A contra-reforma universitária de Lula da Silva. **Seminário Internacional Universidade XXI**, 25, 26 e 27 de novembro de 2003, Brasília – Brasil.

MAIA, Samantha. **Mercado nota 10** – Com empurrão público, as faculdades privadas atraem investidores. *Carta Capital*, Ano XX, n. 799, 14/05/2014.

MANCEBO, Deise. Reforma da educação superior: o debate sobre a igualdade no acesso. In: BITTAR, Mariluce (org.). **Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB**. INEP/MEC, Brasília: 2008.

MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da Economia Política Livro 1- O Processo de Produção do Capital. Vol. 1. São Paulo: Editora Bertrand Brasil S/A, 1994.

MINTO, Lalo Wantanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil**: o público e privado em questão. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

MOROSINI, Maria Costa. Internacionalização da Educação Superior no Brasil pós LDB: o impacto das sociedades tecnologicamente avançadas: o debate sobre a igualdade no acesso. In: BITTAR, Mariluce (org.). **Educação superior no Brasil – 10 anos pós- LDB**. INEP/MEC, Brasília: 2008.

NETTO, João P.; BRAZ, Marcelo. **Economia Política** – uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; RAIZER, Leandro; FACHINETTO, Rochele Fellini. **Acesso, expansão e equidade na educação superior**: novos desafios para a

política educacional brasileira. *Sociologias*: Porto Alegre, ano 9, n. 17, Jan./Jun. 2007, p. 124-157.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana. Política educacional como política social: uma nova regulação da pobreza. **Perspectiva**, Florianópolis. V. 23, n. 2, p. 279-301, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>>. Acesso em: jan. 2014.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A reforma do aparelho do Estado e a Constituição brasileira**. Brasília: ENAP, 1995.

_____. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil** – para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Editora 34, 1996.

PNAD/IBGE. **Indicadores Sociais**. 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/>>. Acesso em: Ago. 2015.

POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

QUEIROZ; Viviane. **As parcerias público-privadas na educação superior brasileira**: FIES, PROUNI e BNDES. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

REIS, Luiz Fernando. **Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014)**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Programa de Políticas Públicas e Formação Humana. Rio de Janeiro, 2015.

SADER, Emir. Público versus mercantil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 jun. de 2003.

SAES, Décio. **Estado e Democracia**: Ensaios Teóricos. 2. ed. São Paulo: Unicamp, 1998.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustaquio Amazonas de. Ensino superior: trajetória histórica e políticas recentes. **IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**, Florianópolis: 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional**. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 2008. Coleção educação contemporânea.

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade Pública estatal: entre o público e o privado/mercantil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 90, p. 191-222, jan./abr. 2005.

_____. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e formação universitária. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, set./ 2008.

_____. Mercantilização e intensificação do trabalho docente. Traços marcantes da expansão universitária brasileira hoje. In: LÓPEZ SEGRERA; RIVAROLA, Domingos M. (Org.). **La Universidad ante los desafios del Siglo XXI**. Assunción: Revista Paraguaya de Sociologia. 2010, p. 295-316.

_____. Regulação estatal e desafios da expansão mercantil da educação superior. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 943/960, jul. – set. 2013.

_____. **Estudo Diagnóstico da Política de Expansão da (E Acesso À) Educação Superior no Brasil, 2002-2012**. Edital nº 051/2014 SESU – Projeto de Organismo Internacional (OEI) Projeto OEI/BRA/10/002. Piracicaba, SP, 2014.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JUNIOR, João dos Reis. **Novas Faces da educação superior no Brasil – reformado Estado e mudanças na produção**. São Paulo: Cortez; Edusf, 2001.

_____. **Trabalho intensificado nas federais – pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009.

_____. Universidade Pública Brasileira no Século XXI – Educação superior orientada para o mercado e intensificação do trabalho docente. **Espacios em Blanco Revista de Educación**, Série Indagaciones n.1, Tandil, Ar., n. 23, p. 119-156 junio 2013.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2004.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.

SIQUEIRA, Ângela Carvalho. Organismos internacionais, gastos sociais e Reforma Universitária do governo Lula. NEVES, Lúcia Maria Wanderlei (org) – **Reforma Universitária do governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo: Xamã, 2004.

UGÁ, Vivian Domínguez. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. **Revista de Sociologia e Política**, n. 23, Nov. de 2004.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação** – 1998. UNESCO, Paris, 9 de outubro de 1998.

UNIVERSIA. **IES privadas abrem capital para ampliar alcance-Primeiras quatro IES a lançar ações captaram R\$ 1,7 bi com papéis**. 23/11/2009. Disponível em: <http://www.ufeg.edu.br/prt_ufeg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?.codigo=9632 ->. Acesso em: 2014.

VIANA, Giomar; LIMA, Jandir Ferrera. Capital humano e crescimento econômico. **Interações** (Campo Grande) Vol. 11 nº 2 - Campo Grande - July/Dec. 2010.